

a agricultura de grupo

Rui Correia Vieira



Colecção
Estudos e Análises

A AGRICULTURA DE GRUPO

Rui Correia Vieira

Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural
Lisboa, 2000



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de Orientação
e de Garantia Agrícola

A AGRICULTURA DE GRUPO

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO: O associativismo agrícola na produção: da entreaajuda à exploração em comum.....	9
I. A Agricultura de Grupo em Portugal.....	13
1. Enquadramento legislativo	15
2. Os benefícios da Agricultura de Grupo; sua importância como instrumento de política agrícola.....	17
2.1. Benefícios de carácter técnico-económico.....	18
2.2. Benefícios de carácter sócio-laboral.....	19
2.3. A Agricultura de Grupo como instrumento de política agrícola.....	20
3. Conceito, objectivos e modalidades de Agricultura de Grupo	21
3.1. Sociedades de Agricultura de Grupo e modalidades congéneres; integração completa e integração parcial	22
3.2. Modalidades associativas	24
3.3. Implementação e importância das modalidades congéneres	28
3.4. As associações de Sociedades de Agricultura de Grupo.....	29

4. Principais particularidades da Agricultura de Grupo	31
4.1. Forma jurídica.....	31
4.2. Objecto social.....	32
4.3. Número de sócios.....	33
4.4. Qualidade dos sócios.....	34
4.5. Montante e composição do capital social e das quotas	35
4.6. Participação dos sócios na actividade social.....	36
4.7. Denominação característica protegida	37
4.8. Conteúdo do pacto social – menções obrigatórias.....	37
5. Processo de constituição e reconhecimento e sua revogação.....	41
5.1. Constituição da sociedade	41
5.2. Reconhecimento pelo Ministério da Agricultura	43
5.3. Procedimentos subsequentes ao reconhecimento.....	45
5.4. Obrigações da sociedade perante o Ministério da Agricultura. Revogação ou transformação do reconhecimento.....	46
6. Os apoios do Estado.....	47
6.1. Apoios à constituição	48
6.2. Regime de segurança social.....	48
6.3. Regime fiscal.....	48
6.4. Apoios ao arranque e funcionamento.....	49
6.5. Apoios ao investimento.....	50
7. Evolução da Agricultura de Grupo em Portugal e suas consequências de ordem técnica, económica e social.....	52
7.1. Resultados económicos.....	53
7.2. Consequências sociais.....	54

7.3. Influência no meio agrícola e social envolvente.....	57
7.4. Perspectivas de desenvolvimento e evolução.....	57
7.5. Alguns elementos característicos mais revelantes	61
II. A Agricultura de Grupo na União Europeia	65
8. As modalidades de Agricultura de Grupo espanholas e francesas	70
8.1. As modalidades espanholas.....	70
8.2. As modalidades francesas.....	74
9. Referência especial ao caso francês	83
9.1. Evolução e importância da Agricultura de Grupo em França.....	83
9.2. A estrutura organizativa e envolvente dos GAEC. Processo de reconhecimento e intervenção do Estado	85
9.3. «O 100 000º associado em GAEC».....	90
LEGISLAÇÃO SOBRE AGRICULTURA DE GRUPO.....	93
BIBLIOGRAFIA.....	103

APRESENTAÇÃO

Com esta publicação o autor proporciona-nos um conhecimento muito completo sobre o que é a Agricultura de Grupo e o que ela representa em Portugal e noutros países da União Europeia.

A vasta e minuciosa informação sobre as diversas modalidades de Agricultura de Grupo tornam quase obrigatória a sua consulta por todos aqueles que directa ou indirectamente se encontrem interessados nesta forma de exploração agrícola em comum. A forma bem estruturada e exaustiva como desenvolve os temas faz desta publicação um repositório informativo de elevado nível didáctico e pedagógico.

A Agricultura de Grupo como modalidade associativa bem específica da agricultura familiar deve merecer, a todos os títulos, uma atenção e análise aprofundadas. As suas potencialidades técnicas, económicas e sociais, podem torná-la, em muitas regiões do nosso País, um instrumento estratégico de reestruturação e desenvolvimento do sector.

O autor chama a atenção para a necessidade de apoio técnico e de incentivos diversos, designadamente de ordem fiscal, para que as Agriculturas de Grupo se tornem mais atractivas e tenham maior expansão entre nós. Além disso, a formação profissional específica mais alargada e mais aprofundada dos interessados, bem como o necessário e completo esclarecimento das vantagens e dos eventuais constrangimentos desta modalidade associativa serão, a par de outras, fortes con-

dições de sucesso. São também necessárias acções de divulgação mais sistemáticas e consistentes.

A presente publicação tem actualidade e mérito informativo, sendo por isso de recomendar a agricultores, professores e alunos de cursos de formação profissional agrária e a todos os quadros técnicos envolvidos nas questões do associativismo agrícola em Portugal.

Expresso publicamente ao autor e a todos os que tornaram possível a apresentação da presente publicação o meu reconhecimento.

O espírito crítico dos técnicos da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural deve ser incentivado. Se assim for, estarão reunidas as condições para a existência de um espaço criativo e realizador que certamente contribuirá para o desenvolvimento do Mundo Rural Português.

Rui Pedro de Sousa Barreiro
Director-Geral de Desenvolvimento Rural

INTRODUÇÃO

O associativismo agrícola na produção: da entreaajuda à exploração em comum

Em todas as épocas e lugares, sempre que as dificuldades o impuseram, os agricultores souberam conceber e pôr em prática soluções adequadas. De entre essas soluções, a cooperação e entreaajuda, tão antigas quanto a própria agricultura, em permanente evolução e diversificação, sempre constituiu um recurso dos mais eficazes.

Especialmente difundida nos domínios da transformação e comercialização e na prestação de serviços, a cooperação na área da produção assume igualmente uma importância considerável, compreendendo um conjunto variado de modalidades associativas e formas institucionais cuja finalidade vai desde a simples entreaajuda à utilização em comum de máquinas e equipamentos, até à própria exploração da terra em comum.

Embora o associativismo na produção nunca tenha chegado a alcançar uma expressão muito relevante, as suas origens radicam, no entanto, na mais remota antiguidade. De facto, em especial nas regiões mais isoladas e montanhosas, subsistem vestígios do antigo comunitarismo agro-pastoril, de que são exemplos a **vezeira** e a **adua**, o **rebanho comum** e o **boi do povo**, entre outros.

Com a evolução da pastorícia para a agricultura como actividade dominante e a individualização desta, passa a assumir uma maior importância a entreaajuda,

visando a realização em comum de certas operações mais exigentes em mão-de-obra. É o caso dos **celeiros e espigueiros comuns** e do **forno comunitário**, bem como das **sementeiras, vindimas, desfolhadas** e outras actividades, as quais ocupam ainda um lugar destacado nas tradições e manifestações populares de muitas regiões.

Com o correr do tempo as formas simples de entreaajuda vão evoluindo em complexidade. A necessidade da mecanização, a fim de fazer face à crescente escassez de mão-de-obra, vai obrigar a conceber e a adoptar novas soluções. Passa-se assim a uma nova etapa, em que a entreaajuda compreende a utilização de máquinas e equipamentos em comum, assumindo formas institucionais diversas consoante a sua propriedade é individual ou colectiva, as quais podem classificar-se em duas categorias.

Na primeira, os agricultores organizados trocam entre si «serviços de máquinas», sendo disso exemplo os chamados **grupos de mecanização** e os **círculos ou anéis de máquinas** – *maschinenringen* –, mais frequentes na Alemanha. Na segunda, as máquinas são adquiridas e utilizadas em comum, mediante normas precisas às quais os associados voluntariamente se submetem, como é o caso das **cooperativas de máquinas** e das **cooperativas de utilização de material agrícola** francesas, também designadas por **CUMA**.

Finalmente, perante novas exigências de carácter técnico, económico e social e numa sequência lógica da evolução precedente, novas formas associativas irão desenvolver-se, agora no âmbito da produção ou exploração em comum, geralmente sob forma cooperativa ou societária.

As primeiras são as **cooperativas agrícolas de produção**, ou de produção integral, igualmente designadas no Norte do País por **cooperativas agro-pecuárias**, mais frequentemente formadas por trabalhadores agrícolas e sendo as terras propriedade de estranhos ou do Estado, ou mesmo da própria cooperativa.

Uma modalidade particular que chegou a alcançar alguma expressão na época e no quadro do processo da «reforma agrária», em especial no Alentejo e Ribatejo, são as designadas **unidades colectivas de produção**.

Mais frequentes e em expansão são, no entanto, as formas societárias cujos membros, geralmente agricultores empresários, integram na sociedade as suas terras, com elas constituindo uma exploração única cuja gestão e mão-de-obra passam a ser asseguradas em comum. É o que tende generalizadamente a designar-se por **Agricultura de Grupo** de que, de entre as variadas modalidades consagradas nos Estados membros da União Europeia e mesmo fora dela, com expressão igualmente relevante no Japão, os **GAEC** franceses – **Agrupamento Agrícola para a Exploração em Comum** – constituem o exemplo mais relevante.

A Agricultura de Grupo é um conjunto de modalidades associativas agrícolas de produção ou de exploração em comum resultante da associação de um certo número de agricultores e das respectivas explorações, com vista à sua gestão e exploração em comum.

Percorrido o trajecto descrito, eis-nos chegados à actualidade da exploração em comum.

Não obstante terem decorrido já trinta anos sobre a formalização legislativa da Agricultura de Grupo em Portugal e as virtualidades que lhe reconhecem aqueles que a experimentaram ou com ela tiveram contacto, este domínio do associativismo agrícola mantém-se, contudo, insuficientemente conhecido e divulgado.

Atravessando vicissitudes várias, ajustando-se às circunstâncias e diversificando-se a fim de melhor corresponder às necessidades e objectivos, atingida uma «velocidade de cruzeiro», parece haver motivos para acreditar nas virtualidades da Agricultura de Grupo e na sua capacidade para influenciar o sector agrícola e o mundo rural onde se insere, como instrumento indutor, facilitador e orientador das transformações necessárias.

Através da presente publicação pretendemos proporcionar um conhecimento mais completo sobre o que é a Agricultura de Grupo e o que ela representa no nosso País, mas igualmente nos demais da Europa da União de que fazemos parte, de agricultura mais desenvolvida e próspera, para a qual, sob formas diferencia-

das, com maior ou menor expressão e de forma mais ou menos influente, ela tem de facto prestado um contributo valioso reconhecido.

Através da informação aqui reunida pretendemos deixar àqueles que directamente possam tirar proveito para o exercício em melhores condições da sua actividade de agricultor, aos que no âmbito das suas funções, por simples vontade de saber ou movidos pela curiosidade, se interessem pelo assunto, algum material para reflexão e instrumentos para acção!

Assim o consigamos!

I.

A Agricultura de Grupo em Portugal

1. Enquadramento legislativo

A Agricultura de Grupo encontra-se regulada em Portugal desde há trinta anos, sucessivamente através do Decreto-Lei n.º 49.184, de 11 de Agosto de 1969, do Decreto-Lei n.º 513-J/79, de 26 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro, actualmente em vigor.

Assim:

- a) O primeiro diploma, o **Decreto-Lei n.º 49.184**, visava promover a concentração numa só empresa de explorações que isoladamente não dispunham das condições e meios capazes de assegurar a sua viabilidade económica, a melhoria da gestão e dos rendimentos dos agricultores, facilitando-lhes a transição de uma agricultura de subsistência para uma agricultura mais desenvolvida e de mercado.

Para o efeito o diploma definia de uma forma bastante genérica o conceito de Agricultura de Grupo, podendo as sociedades a constituir, sob qualquer forma legal, reunir agricultores e simples detentores de terras e, como medida incentivadora da sua constituição, concedia-lhes condições mais favoráveis de financiamento e assistência técnica, bem como as mesmas regalias e isenções fiscais concedidas por lei às cooperativas agrícolas.

- b) Decorridos dez anos, aproveitando da experiência colhida e de um melhor conhecimento das formas associativas afins existentes noutros países, designadamente em França – os GAEC –, e tendo em consideração o seu contributo possível como instrumento de ajustamento e melhoria das estruturas fundiá-

rias, de aperfeiçoamento das técnicas de produção e de melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores associados, foi julgado conveniente relançar e dinamizar a Agricultura de Grupo, tendo para o efeito sido promulgado o **Decreto-Lei n.º 513-J/79**.

Este diploma definia de uma forma mais rigorosa e explícita do que o precedente as condições de constituição e funcionamento destas sociedades, estabelecendo um conjunto de princípios essenciais caracterizadores relativos à qualidade dos associados, sua participação na gestão e no trabalho em comum em condições semelhantes às que se verificam nas empresas agrícolas de carácter familiar, recurso moderado a mão-de-obra assalariada e partilha dos resultados em conformidade com o grau de participação de cada sócio, designadamente em trabalho. Além disso, determinava, como forma jurídica que as sociedades deveriam revestir, a de sociedade civil sob a forma comercial de sociedade por quotas.

Nos dez anos de vigência do Decreto-Lei n.º 513-J/79 foram constituídas 206 Sociedades de Agricultura de Grupo, compreendendo 641 associados, com largo predomínio – cerca de 60% – de jovens agricultores, muitos dos quais optaram por se instalarem através desta modalidade associativa, e explorando perto de 15 mil hectares.

- c) Mais dez anos decorridos foi de novo revisto o regime jurídico da Agricultura de Grupo, tendo sido aprovado o **Decreto-Lei n.º 336/89**, o qual se mantém em vigor.

Como particularidade mais relevante deste diploma é de referir a diversificação da Agricultura de Grupo em várias modalidades, tendo em vista a sua adaptação a circunstâncias e objectivos diferentes.

Assim, foi estabelecida uma diferenciação entre **Sociedades de Agricultura de Grupo propriamente ditas e formas congéneres** (APA e ACEA), em conformidade com a qualidade dos sócios: no caso das SAG todos eles necessariamente agricultores a título principal dotados de capacidade profissional bastante, sendo essa qualidade apenas exigida para os gerentes no caso das modalidades congéneres.

Além disso foram explicitados, em termos mais rigorosos do que anteriormente, os conceitos de **integração completa**, compreendendo esta a produção em comum através da integração na exploração societária das explorações dos

sócios, e **integração parcial**, quando a produção é realizada separadamente pelos associados na respectiva exploração, tendo a sociedade por objectivo a realização em comum de actividades conexas ou complementares da produção, a prestação de serviços dirigidos às explorações dos sócios e em particular a comercialização em comum das produções dos associados, incluindo as operações preparatórias e visando a sua valorização.

De entre a legislação em vigor, são ainda de referir o **Decreto-Lei n.º 339/90**, de 30 de Outubro, o qual veio alargar o elenco de formas associativas congêneres de Agricultura de Grupo às denominadas **EFAR – Empresa Familiar Agrícola Reconhecida**, e o **Decreto-Lei n.º 382/93**, de 18 de Novembro, o qual suprimiu a limitação do número de associados nas modalidades de integração parcial, anteriormente fixada num máximo de 20, por forma a facilitar o seu ajustamento a novas circunstâncias e objectivos e, designadamente, possibilitar o seu reconhecimento como Organização ou Agrupamento de Produtores, com vista à comercialização em comum, nos termos do Regulamento (CE) n.º 2200/96 (sector das frutas e hortícolas) e do Regulamento (CE) n.º 952/97 para os demais produtos.

Em Anexo figuram os diplomas legais presentemente em vigor.

2. Os benefícios da Agricultura de Grupo; sua importância como instrumento de política agrícola

Antes do mais importa sublinhar que, ao contrário do que por vezes tem sido sugerido, a Agricultura de Grupo não se opõe ou constitui alternativa à exploração agrícola de carácter familiar. Na realidade, ela representa um instrumento especialmente ajustado à preservação deste tipo de explorações, facilitando a sua evolução e adaptação às exigências, de ordem técnica, económica e social, que caracterizam a agricultura moderna, preservando-as do processo de inviabilização em que, mais tarde ou mais cedo, muitas inevitavelmente viriam a ficar sujeitas.

Na sua origem, em França nos anos sessenta, esteve precisamente a preocupação por parte dos agricultores familiares de buscarem soluções novas capazes de dar resposta a novas dificuldades.

De facto, o rápido decrescimento do número de activos agrícolas ocorrido na Europa após a Segunda Guerra Mundial em consequência da sua transferência para os outros sectores da economia, em particular a indústria em rápida expansão, o aumento do custo dos factores de produção, a necessidade de aumentar a produção e a produtividade e de retirar a máxima rendibilidade dos recursos financeiros disponíveis, entre outras causas, vieram dar origem a dificuldades novas às quais se tornava necessário fazer face.

Apesar de apoiadas em estruturas cooperativas dinâmicas e poderosas, os agricultores foram tomando consciência de que as cooperativas tradicionais não estavam em condições de dar resposta satisfatória às dificuldades crescentes com que se confrontavam. Daí que, informalmente, fossem ensaiando novas formas de cooperação ao nível da produção, de que vieram a resultar as diversas modalidades de Agricultura de Grupo actualmente consagradas nos países da União Europeia, acolhidas em primeiro lugar na legislação francesa através da Lei n.º 62-917, de 8 de Agosto de 1962, que regulou os Agrupamentos Agrícolas para a Exploração em Comum (GAEC), os quais rapidamente vieram a assumir uma importância muito considerável no quadro do associativismo agrícola em França e um papel determinante no desenvolvimento e modernização do sector.

Conforme a experiência tem demonstrado, a Agricultura de Grupo traduz-se em importantes benefícios, quer no que diz respeito à organização e condições de funcionamento da empresa societária, quer à melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores associados, quer ainda como instrumento de política agrícola.

2.1. Benefícios de carácter técnico-económico

No que diz respeito à organização e condições de financiamento da empresa resultante, a integração numa só de empresas de pequena e média dimensão e a conjugação das competências dos associados facilita o acesso a um conjunto de vantagens de natureza técnica e económica, como seja:

- utilização mais racional dos factores de produção e recursos disponíveis, em particular das máquinas, equipamentos e instalações;

- redução dos custos de produção em resultado do aproveitamento das economias de escala e aumento da produtividade;
- economia de mão-de-obra e melhor aproveitamento daquela disponível, incluindo a familiar, como, por exemplo, através do lançamento de novas actividades e da valorização dos produtos;
- melhoria da qualidade dos produtos;
- gestão mais competente, em resultado da conjugação das competências e conhecimentos dos associados na tomada colectiva de decisões;
- maior rendibilidade dos investimentos.

2.2. Benefícios de carácter sócio-laboral

No que diz respeito à melhoria das condições de vida e de trabalho dos associados são também evidentes as virtualidades da Agricultura de Grupo, verificando-se mesmo a tendência para se tornarem o principal motivo de interesse que estas sociedades vêm suscitando, sobretudo entre os jovens agricultores.

Assim, a Agricultura de Grupo vai facilitar-lhes:

- a libertação das tarefas mais penosas, nomeadamente através do recurso a máquinas e equipamentos adequados, o qual o dimensionamento mais conveniente da exploração societária vai facilitar;
- mais fácil acesso à prestação de serviços bem como à execução de determinadas operações por parte de pessoal especializado;
- aprofundamento dos conhecimentos e especializações dos associados no sector de exploração para o qual cada um deles se sinta mais vocacionado, podendo, sem prejuízo para si próprio e para a empresa, ausentar-se temporariamente a fim de frequentar cursos ou acções de formação;
- um horário de trabalho mais aliviado, descanso semanal e férias, mediante rotação ou escala de serviço a estabelecer entre os associados, o que numa empresa individual, em particular quando ela compreende uma actividade pecuária, constitui uma regalia bem mais difícil de satisfazer;
- melhoria do rendimento dos associados e das condições do exercício da sua actividade, maior estabilidade e segurança, designadamente em caso de doença ou

incapacidade para o trabalho, as quais deixam de constituir um risco sempre presente.

2.3. A Agricultura de Grupo como instrumento de política agrícola

Para além dos benefícios apontados, de natureza técnica, económica e social, directamente resultantes para a empresa e para os associados, a Agricultura de Grupo pode considerar-se ainda um importante instrumento de política agrícola e de desenvolvimento rural, capaz de facilitar a implementação das medidas e orientações traçadas neste domínio.

É o caso da política de **rejuvenescimento do empresariado agrícola**, já que a constituição de sociedades entre pai(s) e filho(s), ou entre os filhos apenas sendo a exploração cedida ou arrendada pelo(s) pai(s) à sociedade, vai permitir, atempadamente e de forma gradual, preparar a transferência da responsabilidade na direcção de empresa, facilitando a sucessão geracional. Em França, onde as sociedades do tipo pai(s)/filho(s) são as mais numerosas de entre os GAEC, esta é considerada uma das importantes virtualidades desta modalidade associativa.

No âmbito da política de **instalação de jovens agricultores**, a constituição da sociedade permite criar condições mais favoráveis e atractivas, em resultado da criação de uma empresa convenientemente dimensionada, da repartição das tarefas e responsabilidades e da gestão partilhada, pela maior facilidade de disporem de tempos livres e férias e de um horário de trabalho mais aliviado, etc.

Outra virtualidade importante a que os jovens são também sensíveis reside na circunstância de a Agricultura de Grupo constituir uma «escola» de formação de dirigentes e dinamizadores do meio em que se inserem. De facto, o dinamismo dos associados, a sua formação de base, a experiência no diálogo, concertação e tomada colectiva de decisões, a maior disponibilidade de tempos livres e aspiração de evidência facilita-lhes a tomada de iniciativas e a assunção de responsabilidades nas estruturas associativas, de âmbito agrícola e não só, conforme se verifica no nosso País e muito particularmente em França, onde uma fracção significativa dos associados em GAEC desempenha nessas estruturas um papel muito activo e de importância reconhecida.

No quadro da política de **estruturação fundiária**, a Agricultura de Grupo tem condições também para desempenhar uma importante acção: por um lado, constituindo uma alternativa à divisão de explorações entre herdeiros mediante a integração destes como associados, podendo, neste caso, recorrer-se, em particular, tal como frequentemente se verifica em França, às formas congéneres nas quais não é exigida a todos os sócios a sua participação como agricultor a título principal; por outro, promovendo o emparcelamento e redimensionamento através da incorporação na exploração societária de novos prédios ou parcelas favoravelmente localizadas, com ou sem participação como sócios dos respectivos proprietários. É de facto evidente que as Sociedades de Agricultura de Grupo reúnem melhores condições do que as empresas individuais para se adaptarem ao aumento de dimensão e transformações em geral resultantes para o conjunto da exploração.

Ainda no âmbito do **desenvolvimento rural**, estas sociedades estão em excelentes condições para desenvolverem actividades no âmbito do turismo rural ou agroturismo, para o efeito tirando partido da disponibilidade de tempos livres por parte dos associados e seus familiares, actividades artesanais e voltadas para a valorização dos produtos, para além do aspecto atrás sublinhado da capacidade dos associados para assumirem funções de liderança e dinamização nas organizações de agricultores, e no quadro do desenvolvimento local e regional.

Para as várias situações e objectivos são várias também as opções a que no âmbito da Agricultura de Grupo é possível recorrer, como é o caso, em conformidade com a qualidade dos associados, das SAG propriamente ditas ou das formas congéneres, ou, em função do grau de integração, das modalidades de integração completa ou de integração parcial.

3. Conceito, objectivos e modalidades de Agricultura de Grupo

Em conformidade com a definição constante do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 336/89, as Sociedades de Agricultura de Grupo, abreviadamente designadas por SAG,

- são, **juridicamente**, sociedades civis sob a forma comercial de sociedade por quotas de responsabilidade limitada,

- têm por **objecto** a exploração agrícola ou agro-pecuária,
- realizada por um **número limitado de agricultores**,
- os quais **põem em comum** a terra, os meios financeiros e outros factores de produção,
- e **asseguram conjuntamente** a gestão da empresa e as suas necessidades em trabalho,
- em condições semelhantes às que se verificam nas **explorações de carácter familiar**.

3.1. Sociedades de Agricultura de Grupo e modalidades congéneres; integração completa e integração parcial

As Sociedades de Agricultura de Grupo são, pois, sociedades civis, o que significa que o seu objecto não compreende o exercício de actos de comércio (como seria o caso da comercialização de produtos adquiridos a terceiros), sendo os produtos vendidos provenientes da exploração societária ou das explorações associadas, a estas também se destinando os produtos adquiridos pela sociedade ou os serviços por ela prestados.

Não obstante essa qualidade de sociedade civil, o seu modo de organização e de funcionamento rege-se segundo as disposições do Código Comercial aplicáveis às sociedades por quotas de responsabilidade limitada e, em particular, em conformidade com a legislação que regula a Agricultura de Grupo, actualmente o Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro, cujas disposições específicas, quando diferentes, prevalecem sobre as do Código Comercial.

Embora o modelo tradicional de Agricultura de Grupo, e aquele que continua sendo o mais conhecido e adoptado, consista na produção integral realizada em comum pelos associados numa exploração única, a legislação actualmente em vigor, conforme referimos já, veio no entanto consagrar a sua diversificação em modalidades distintas, tendo em conta por um lado o grau de integração das actividades e explorações e, por outro, a qualidade dos sócios e sua participação na actividade em comum.

Assim, relativamente ao grau de integração das actividades, a Agricultura de Grupo pode ser de **integração completa** ou de **integração parcial**. Quanto à qualidade e modo de participação dos associados, distinguem-se entre **Sociedades de Agricultura de Grupo propriamente ditas** e **modalidades congêneres**.

No caso da **integração completa** os associados põem em comum as suas terras, os meios financeiros e outros factores de produção dando origem a uma exploração única cuja gestão e necessidades em mão-de-obra são por eles conjuntamente asseguradas.

A integração designa-se por completa em virtude de abranger o conjunto das actividades próprias de uma exploração, desde a produção até à venda, podendo compreender quaisquer operações preparatórias tendo por fim a valorização dos produtos, bem como outras actividades conexas. Em todo o caso, a integração completa não significa necessariamente a afectação da totalidade dos prédios ou parcelas que constituem a exploração de cada um dos associados, podendo respeitar apenas a uma parte dos respectivos prédios ou à realização em comum, no âmbito da sociedade, de apenas uma ou algumas produções específicas, como por exemplo uma vinha, um pomar ou um estábulo colectivo para produção de leite.

Por seu turno, a **integração parcial** caracteriza-se por excluir a própria produção do conjunto das actividades realizadas em comum, sendo a actividade social voltada para operações acessórias ou complementares da produção, como por exemplo a utilização em comum ao serviço das explorações dos associados, cuja individualidade se mantém, de máquinas, equipamentos ou instalações, a transformação, preparação e venda dos produtos provenientes dessas explorações, a aquisição dos factores de produção ou a prestação de serviços em geral a elas destinados, sem excluir actividades mais de âmbito «rural» como o agroturismo ou artesanato.

Quanto às **Sociedades de Agricultura de Grupo propriamente ditas** e às **modalidades congêneres**, elas diferem essencialmente no que diz respeito à qualidade dos sócios e sua participação na actividade societária.

Assim, enquanto que nas primeiras os sócios têm que ser todos eles agricultores a título principal dotados de capacidade profissional bastante, ou assumir

essa qualidade, nas modalidades congêneres essa condição não é exigida para todos eles mas apenas/pelo menos para os gerentes, necessariamente sócios e conjuntamente detentores de pelo menos 20% do capital social.

3.2. Modalidades associativas

De acordo com os conceitos descritos, são as seguintes as modalidades associativas de Agricultura de Grupo reguladas pelo Decreto-Lei n.º 336/89 e, no caso da última, pelo Decreto-Lei n.º 339/90, de 30 de Outubro, as quais iremos descrever mais detalhadamente:

- a) Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Completa (SAG-IC);
- b) Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Parcial (SAG-IP);
- c) Agrupamento de Produção Agrícola (APA);
- d) Agrupamento Complementar da Exploração Agrícola (ACEA);
- e) Empresa Familiar Agrícola Reconhecida (EFAR).

As referidas modalidades caracterizam-se, respectivamente, pelas particularidades seguintes:

a) Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Completa (SAG-IC)

É uma modalidade de integração completa, tendo por objectivo a exploração em comum, cuja constituição e funcionamento obedece às condições determinadas pelo n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 336/89:

- os sócios são todos eles pessoas singulares, de maior idade e agricultores a título principal dotados de capacidade profissional bastante (*) (ver NOTA);
- o número de sócios não pode ser superior a dez, sendo no mínimo dois;
- os associados deverão todos eles exercer a sua actividade na sociedade a título principal, o que significa que o seu rendimento proveniente da exploração societária não deverá ser inferior a 50% do seu rendimento global, devendo além disso dedicar-lhe pelo menos 960 horas de trabalho por ano;
- o volume total de trabalho prestado pelos associados na sociedade deverá corresponder a pelo menos 1,5 UHT (Unidade Homem Trabalho) (*);

- nenhum sócio pode ser detentor de menos de 10% do capital social;
- cada sócio dispõe de um único voto, independentemente do montante e composição da respectiva quota.

É de sublinhar que o anterior Decreto-Lei n.º 513-J/79, de 26 de Dezembro, estabelecia ainda, como princípios essenciais, que a sociedade não poderia recorrer a assalariados permanentes em número superior a metade dos sócios participantes com trabalho a tempo inteiro e que uma fracção não inferior a 2/3 do lucro líquido apurado seria distribuída entre os sócios em função da respectiva participação no trabalho em comum.

Embora essas condições tenham deixado de constar expressamente na actual legislação, isso não significa no entanto que esses princípios tenham deixado de caracterizar a Agricultura de Grupo. De facto, da sua própria definição, que aponta para a participação dos associados no trabalho «em condições semelhantes às que se verificam nas explorações de carácter familiar», resulta que o recurso a trabalho assalariado, quando haja, deverá ser necessariamente moderado.

Quanto à forma de repartição dos lucros, pressupõe-se que os associados deverão previamente auferir de uma remuneração pelo trabalho prestado, a qual é contabilizada como despesa da sociedade.

b) Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Parcial (SAG-IP)

Trata-se de uma modalidade de integração parcial na qual se mantém a individualidade da exploração de cada um dos associados, em particular no que diz respeito à produção, abrangendo a actividade social apenas determinadas actividades complementares ou acessórias. Esta modalidade é regulada pelo n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 336/89, o qual estabelece em particular que:

- os sócios podem ser pessoas singulares ou colectivas, designadamente SAG ou modalidades congéneres de integração completa, ou outras sociedades em geral desde que se enquadrem também no conceito de agricultor a título principal aplicado às pessoas colectivas (*);
- a qualidade de agricultor a título principal dos sócios pode verificar-se em relação à sociedade em si ou/e à respectiva exploração que lhe está associa-

da. Ou seja, enquanto que nas SAG-IC a actividade de cada sócio deverá ser exercida a título principal na exploração societária, no caso das SAG-IP ela deverá sê-lo nesses termos na respectiva exploração ou na exploração societária, ou em ambas conjuntamente;

- o número de sócios na modalidade de integração parcial, anteriormente fixado em 20 no máximo, deixou de estar sujeito a qualquer limitação, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 382/93, de 18 de Novembro;
- ao contrário do caso das SAG-IC, na modalidade de integração parcial não está fixada uma quantidade mínima de trabalho a prestar pelos sócios na exploração societária, podendo a mão-de-obra ser assegurada por estes de acordo com a sua disponibilidade, por familiares ou por pessoal assalariado;
- enquanto que nas SAG-IC a sede deverá localizar-se na exploração societária, na modalidade de integração parcial tanto pode situar-se naquela como na de qualquer dos associados;
- tal como nas SAG-IC, nesta modalidade, como de resto em todas aquelas que integram a Agricultura de Grupo, cada sócio dispõe de um voto apenas.

c) Agrupamento de Produção Agrícola (APA)

Trata-se de uma modalidade congénere de Agricultura de Grupo, de integração completa, regulada pelo artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 336/89.

Como modalidade de integração completa tem por objecto a exploração em comum realizada numa exploração única, podendo compreender quaisquer outras actividades complementares ou acessórias; como modalidade congénere significa que apenas aos gerentes é exigida a qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante e conjuntamente detentores de pelo menos 20% do capital social, sendo a sua actividade exercida a título principal na própria sociedade.

Salvo quanto à qualidade e participação dos associados, aplicam-se a esta modalidade os demais princípios indicados para o caso das SAG – Integração Completa.

d) Agrupamento Complementar da Exploração Agrícola (ACEA)

Trata-se de uma modalidade congénere de integração parcial, regulada pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/89, assumindo, como modalidade congénere, a condição de apenas aos gerentes ser requerida a qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante e conjuntamente detentores de pelo menos 20% do capital social e, como modalidade de integração parcial, a manutenção da individualidade das explorações dos sócios no que diz respeito à produção, sendo o objecto social voltado para actividades complementares ou acessórias daquela, e aplicando-se-lhe os demais princípios pelos quais se regem as SAG – Integração Parcial.

e) Empresa Familiar Agrícola Reconhecida (EFAR)

Trata-se de uma modalidade congénere de integração completa, semelhante ao Agrupamento de Produção Agrícola, regulada posteriormente às modalidades atrás referidas através do Decreto-Lei n.º 339/90, de 30 de Outubro.

No entanto, a EFAR distingue-se do APA, essencialmente, por ser exclusivamente constituída por familiares, podendo incluir menores como sócios, como

(*) NOTA: São os seguintes os conceitos de «agricultor a título principal», aplicado às pessoas singulares e colectivas, e de «unidade homem trabalho» (UHT) tal como definidos no artigo 2.º, respectivamente no n.º 1, alíneas a) e b) e n.º 4 da Portaria n.º 195/98, de 24 de Março, que regulava os termos da aplicação em Portugal do Regulamento (CE) n.º 950/97, do Conselho, de 20 de Maio, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas (entretanto substituído pelo Regulamento (CE) n.º 1257/99, de 17 de Maio, relativo ao apoio do FEOGA ao desenvolvimento rural);

- **Agricultor a título principal:** a pessoa singular cujo rendimento proveniente da exploração agrícola é igual ou superior a 50% do seu rendimento global e que dedica mais de 50% do seu tempo total de trabalho à mesma exploração, entendendo-se não poder reunir estes requisitos a pessoa que exerça uma actividade que ocupe mais de metade do horário profissional de trabalho que, em condições normais, caberia ao trabalhador a tempo inteiro dessa profissão.
- **Agricultor a título principal aplicado às pessoas colectivas:** a pessoa colectiva que, nos termos do respectivo estatuto, tem exclusivamente por objecto a actividade agrícola e cujos administradores ou gerentes, obrigatoriamente pessoas singulares e sócios de pessoa colectiva, dediquem mais de 50% do seu tempo total de trabalho à exploração onde exercem a actividade agrícola, dela auferindo no mínimo 50% do seu rendimento global e desde que detenham, no seu conjunto, pelo menos 10% do capital social.
- **Unidade homem trabalho (UHT):** quantidade de trabalho que um trabalhador activo agrícola está apto a prestar, durante um ano e em condições normais, num período correspondente a 1920 horas (do que resulta, no caso de dois associados apenas conforme frequentemente se verifica, que cada um deles deverá em média participar na exploração societária com o correspondente a pelo menos 0,75 UHT).

por exemplo o caso dos filhos, ou ser constituída apenas entre os cônjuges, devendo ainda os sócios assegurar conjuntamente pelo menos metade da quantidade de mão-de-obra necessária.

Sendo certo que a EFAR, na prática do seu funcionamento, pouco difere da generalidade das empresas agrícolas de carácter familiar, a constituição da sociedade permite à mulher adquirir o estatuto de co-empresária, além de que a forma jurídica societária é para certos efeitos mais conveniente do que a mera qualidade de empresa agrícola familiar.

3.3. Implementação e importância das modalidades congéneres

Apesar de sujeitas a normas de funcionamento menos exigentes do que as Sociedades de Agricultura de Grupo propriamente ditas, as modalidades congéneres mantêm, no entanto, uma expressão bastante modesta, continuando a preferência dos agricultores mais voltada para as SAG – Integração Completa.

Isso não significa que as modalidades congéneres, quer as de integração completa (APA e EFAR) quer a de integração parcial (ACEA), sejam de menor importância ou tenham pouco cabimento nas actuais condições socioeconómicas da agricultura portuguesa, bem pelo contrário.

Na verdade, tendo em consideração as menores exigências de que o seu reconhecimento depende, as modalidades congéneres representam uma forma intermédia entre as sociedades comerciais em geral e as Sociedades de Agricultura de Grupo propriamente ditas, podendo constituir como que um estágio de preparação, um primeiro passo, no sentido de uma integração mais aprofundada.

As modalidades congéneres podem constituir como que um patamar para onde, com apenas uma perda moderada de regalias, poderão transitar as SAG que por qualquer motivo deixem de satisfazer a totalidade dos requisitos para manter aquele estatuto, como por exemplo em consequência de algum dos sócios ter deixado de corresponder à qualidade de agricultor a título principal, por motivo de reforma ou outro impedimento, ou da admissão na sociedade de pessoas que não possuem aquela qualidade. Assim, o reconhecimento como SAG poderia ser convertido num novo reconhecimento segundo a modalidade congénere, de

integração completa ou parcial (APA/EFAR ou ACEA), ajustada às novas circunstâncias, sendo igualmente possível a evolução no sentido inverso.

Admite-se que a limitada expansão das modalidades congéneres seja em boa parte consequência de não ter sido até agora definido o regime de benefícios em matéria fiscal a elas aplicável, não obstante o Decreto-Lei n.º 336/89 o prever. Sendo certo que com excepção do regime fiscal (as Sociedades de Agricultura de Grupo beneficiam das mesmas regalias e isenções fiscais das cooperativas agrícolas) são idênticos os demais benefícios a que as SAG e as modalidades congéneres têm acesso, o facto é que, na ausência de um regime fiscal diferenciado, a sujeição destas ao regime aplicável à generalidade das sociedades comerciais resulta consideravelmente mais oneroso do que aquele que incidiria sobre as empresas agrícolas e os respectivos responsáveis individualmente considerados, neste caso em matéria de IRS, caso não se houvessem formalmente associado, o que, para mais quando se pretende promover o associativismo, constitui uma flagrante contradição.

Prevê-se, no entanto, que venha brevemente a ser aprovado um regime mais favorável de IRC destinado às modalidades congéneres, naturalmente mais moderado do que aquele aplicável às SAG, susceptível de, pelos seus efeitos incentivadores, contribuir para a sua maior expansão.

O quadro da página seguinte ilustra as principais diferenças entre as modalidades de Agricultura de Grupo descritas.

3.4. As associações de Sociedades de Agricultura de Grupo

As Sociedades de Agricultura de Grupo, tal como as modalidades congéneres, podem integrar-se em associações, constituídas nos termos do Código Civil, de âmbito regional ou nacional, tendo por finalidade a representação e defesa dos interesses dos associados, a prestação de serviços de apoio de interesse comum, designadamente no âmbito da gestão e contabilidade, apoio técnico, jurídico e administrativo, coordenação de acções e actividades, a participação nos órgãos regionais de consulta do Ministério da Agricultura, etc.

Quadro I - Agricultura de Grupo

Caracterização das modalidades associativas reguladas pelos Dec-lei N.º 336/89, de 4/10, e n.º 339/90, de 30/10

Modalidade Associativa	Sociedades de Agricultura de Grupo		Formas associativas congêneres		
	Integração completa	Integração parcial	Integração completa		Integração parcial
Denominação/Expressão protegida	Sociedade de Agricultura de Grupo (SAG-IC)	(SAG-IP)	Agrupamento de Produção Agrícola (APA)	Empresa Familiar Agrícola Reconhecida (EFAR)	Agrup. Complementar da Exploração Agrícola (ACEA)
Objecto social	Produção em comum; uma só exploração	Actividades acessórias/complementares; várias explorações associadas	Produção em comum; uma só exploração		Actividades acessórias/complementares; várias explorações associadas
N.º de sócios (mínimo 2)	Máximo 10	Máximo não limitado (*)	Máximo 10		Máximo não limitado(*)
Qualidade dos sócios	Todos os sócios são agricultores a título principal na SAG, e pessoas singulares (maiores)	na respectiva exploração individual ou/e na SAG, e pessoas singulares (maiores) ou colectivas (**)	no APA, e todos os pessoas singulares (maiores)	Os gerentes(**) são agricultores a título principal na EFAR, e todos os pessoas singulares e familiares (incl. cônjuges apenas)	na exploração individual ou/e no ACEA, e todos os pessoas singulares (maiores) ou colectivas(***)
Participação mínima no capital social (por sócio)	10%	(não especificado)	10% (sendo o conjunto dos gerentes pelo menos 20%)		Não especificado por sócios (o conjunto dos gerentes pelo menos 20%)
Tomada de decisões	Cada sócio um voto				
Volume de trabalho assegurado pelos sócios (individual e conjuntamente na sociedade)	Mínimo 0,5 UHT cada sócio e 1,5 UHT/SAG	(não especificado)	Mínimo 0,5 UHT por gerente e 1,5 UHT/Sociedade		(não especificado)

(*) o Decreto Lei n.º 382/93, de 18 de Novembro, suprimiu nas modalidades de integração parcial o máximo de 20 sócios anteriormente fixado.

(**) podem ser 1 ou mais gerentes.

(***) SAG-IC, APA, EFAR ou outras pessoas colectivas conformes com o conceito de agricultor a título principal.

Existem duas associações regionais, sediadas nas regiões do Ribatejo Oeste e da Beira Litoral, respectivamente a ASAGRO – Associação das Sociedades de Agricultura de Grupo do Ribatejo e Oeste, constituída em 1988, com sede no Bombarral, e a ASABEIRAS – Associação das Sociedades de Agricultura de Grupo das Beiras, constituída em 1991, com sede em Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro.

Tem-se verificado interesse na constituição de outras associações regionais de Sociedades de Agricultura de Grupo as quais, no entanto, não se concretizaram até agora.

A exemplo da acção prosseguida pelas associações existentes, em particular a ASAGRO, as associações regionais de SAG poderão desempenhar um papel muito importante no apoio, dinamização e fortalecimento das sociedades, quer ao nível da respectiva região quer ao nível nacional, através da constituição, que igualmente se prevê, de uma associação de âmbito nacional.

4. Principais particularidades da Agricultura de Grupo

Vimos atrás as diferenças entre as várias modalidades de Agricultura de Grupo, essencialmente relacionadas com o grau de integração das actividades e da qualidade dos sócios; vamos seguidamente analisar as outras características destas sociedades, que as distinguem entre si e da generalidade das sociedades constituídas e reguladas nos termos do Código Comercial.

4.1. Forma jurídica

Uma característica comum às modalidades de Agricultura de Grupo reside na sua forma jurídica – **sociedade civil sob a forma comercial de sociedade por quotas** –, o que desde logo define e condiciona os seus fins e modo de funcionamento.

Assim, como sociedade civil, é-lhe vedado o exercício de actos de comércio. Isto significa que pode adquirir produtos destinados a serem utilizados na exploração societária, ou nas explorações dos sócios se se tratar de integração parcial, ou vender os produtos provenientes dessas mesmas explorações, estando no entan-

to excluída do seu objecto a aquisição no exterior de produtos destinados a serem comercializados pela sociedade, com ou sem preparação ou transformação, bem como a prestação a terceiros de serviços, actividades estas próprias das sociedades comerciais.

Sociedade civil significa ainda que se trata de uma sociedade de pessoas em que a importância destas prevalece sobre a fracção mais ou menos importante do capital de que cada um é subscritor. É uma sociedade fundada na comunhão e solidariedade, menos preocupada com a reprodutividade dos capitais investidos, sem que isso signifique que seja de somenos importância a obtenção do melhor rendimento possível da venda dos produtos já que disso depende o objectivo essencial da Agricultura de Grupo, ou seja, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos associados.

«... sob a forma comercial de sociedade por quotas...» significa que, não obstante o seu carácter civilista e fins particulares, o seu modo de organização e funcionamento, traduzidos nos estatutos, se assemelham aos das sociedades comerciais por quotas reguladas pelo Código Comercial, em tudo o que não contrarie as disposições específicas estabelecidas na sua legislação própria, actualmente o Decreto-Lei n.º 336/89, as quais prevalecem. É esse, por exemplo, o caso da repartição equitativa do poder de decisão, na base de um voto por sócio, quando o habitual nas sociedades comerciais é ele ser repartido entre os sócios na proporção da respectiva participação no capital social.

4.2. Objecto social

O objecto das Sociedades de Agricultura de Grupo e congéneres tem a ver expressamente com a exploração agrícola ou agro-pecuária realizada em comum pelos sócios, podendo no entanto incluir actividades conexas ou complementares, compreendendo estas, por exemplo, actividades de âmbito «rural», como é o caso do agroturismo ou da produção artesanal.

O objecto social não pode, contudo, no caso da integração completa, ser exclusivamente consagrado a actividades não conexas com a utilização da terra, como é o caso das actividades pecuárias designadas «sem terra», devendo

estas, a existirem, ser economicamente complementares do conjunto da exploração.

Já no caso da integração parcial, o objecto não compreende em princípio actividades produtivas mas sim complementares ou acessórias da produção, como por exemplo a utilização em comum de máquinas, equipamentos ou instalações, a transformação, preparação e venda dos produtos provenientes das explorações dos sócios ou a prestação de serviços às mesmas.

De registar ainda que a própria integração completa não abrange necessariamente a totalidade das explorações dos sócios, podendo limitar-se a uma parte destas ou a uma determinada actividade, ou podendo ainda uma parte do ciclo produtivo ser realizado pelos sócios individualmente e outra em comum, como será, por exemplo, o caso da produção vitícola e da vinificação ou da produção leiteira e a recria/engorda dos vitelos em comum, competindo aos associados a produção forrageira destinada à alimentação do efectivo.

4.3. Número de sócios

A legislação determina igualmente quanto ao número de sócios, estando este relacionado com a circunstância de se tratar de modalidade de integração completa ou de integração parcial.

Assim, no caso da integração completa, o número de sócios encontra-se fixado em dois no mínimo e no máximo dez, verificando-se na prática uma média de cerca de três sócios por sociedade e sendo em número reduzido aquelas constituídas por mais de quatro sócios.

Em contrapartida, nas modalidades de integração parcial o número de sócios é normalmente superior, conforme seria de esperar tendo em consideração o tipo de objectivos por elas visados cuja eficácia pressupõe um número de sócios relativamente elevado. Por isso mesmo o número máximo, anteriormente fixado para estas modalidades em vinte, veio mais recentemente a ser revogado pelo Decreto-Lei n.º 362/93, de 18 de Novembro, deixando assim de existir um limite máximo quanto ao número de sócios.

4.4. Qualidade dos sócios

Uma das características essenciais da Agricultura de Grupo consiste na intervenção activa e permanente dos sócios na vida interna da sociedade, não apenas como meros participantes em capital mas igualmente participando conjuntamente na gestão e na actividade produtiva, assegurando a mão-de-obra necessária.

Sendo menos exigente do que a legislação francesa relativa aos GAEC, nos termos da qual todos os sócios são obrigados a participar a tempo inteiro, ainda assim a legislação portuguesa obriga a que nas Sociedades de Agricultura de Grupo os sócios sejam todos eles agricultores a título principal dotados de capacidade profissional bastante, ou adquiram essa qualidade como condição para efeitos do reconhecimento, exercendo nesses termos a sua actividade na exploração societária ou, tratando-se da integração parcial, cumulativamente na exploração societária e na respectiva exploração individual.

Conforme resulta do conceito de agricultor a título principal, a maioria constitui uma condição para poder integrar uma Sociedade de Agricultura de Grupo, tal como os reformados ou aqueles em condições de acederem à reforma não deveriam ingressar ou permanecer como sócios de uma SAG. Do mesmo modo, nestas sociedades só em circunstâncias excepcionais é admitida a sua constituição apenas entre marido e mulher, sem mais sócios.

Ao contrário do estipulado para o caso das SAG, nas formas congéneres apenas aos gerentes é requerida a qualidade de agricultor a título principal, não sendo impostas quaisquer condições especiais relativamente aos demais sócios, podendo estes ser ou não agricultores e manter uma maior ou menor participação na actividade social.

Ainda quanto à qualidade dos sócios, estes podem ser familiares ou não, verificando-se mesmo que a maioria das sociedades estão nestas circunstâncias, sendo mais frequentemente constituídas entre irmãos ou pai(s) e filho(s) ou mistas, isto é, constituídas por familiares e outros. Em todo o caso, a relação familiar é a característica essencial da Empresa Familiar Agrícola Reconhecida (EFAR), precisamente vocacionada para integrar os membros do agregado familiar, podendo esta

ser exclusivamente constituída pelos cônjuges e/ou integrar também os filhos, ainda que menores, o que nesta modalidade é admitido.

Finalmente é de assinalar que, enquanto que nas modalidades de integração completa todos os sócios são pessoas singulares, nas de integração parcial é admitida igualmente a participação de pessoas colectivas, societárias ou outras, podendo designadamente tratar-se de SAG – Integração Completa, APA ou EFAR. De qualquer forma, tal como para o caso das pessoas singulares, também as pessoas colectivas terão, ou não, de corresponder ao conceito de agricultor a título principal aplicado às pessoas colectivas, consoante pretendam tornar-se sócios de uma SAG – Integração Parcial ou de um ACEA.

4.5. Montante e composição do capital social e das quotas

Anteriormente fixado em 400 000\$00, o capital social mínimo das sociedades por quotas foi aumentado para 1 000 000\$00 e, mais recentemente, nos termos do Decreto-Lei n.º 334/98, de 6 de Novembro, o qual estabelece as regras decorrentes do processo de transição para o euro, convertido para o mínimo de 5000 euros, o que corresponde a 1 002 410\$00. Aquando da celebração da escritura, esta importância deve encontrar-se depositada em instituição de crédito, em conta aberta em nome da futura sociedade.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, salvo estipulação diferente no contrato social e encontrando-se o capital social realizado, cada sócio é responsável pelas dívidas da sociedade perante terceiros até ao montante da respectiva quota, conforme resulta da qualificação da sociedade «de responsabilidade limitada», diferentemente de outras formas societárias, menos frequentes, em que os sócios são ilimitadamente responsáveis, respondendo assim, se for caso disso, com os seus próprios bens.

Relativamente à composição do capital social, este pode ser integrado exclusivamente em dinheiro ou também por bens em espécie, sendo o primeiro caso o mais habitual, podendo os bens em espécie ser constituídos por máquinas, equipamentos, instalações, animais ou por outros factores de produção de utilidade para a sociedade. O valor dos bens transferidos para a posse da sociedade é integrado na quota dos sócios que com eles participarem.

Menos frequentemente, embora possível também, é a transferência para a sociedade, em propriedade, das próprias terras dos sócios, ou de algum de entre estes, sendo no entanto o simples arrendamento o mais habitual.

Seja como for, sempre que se verifique a integração de bens em espécie estes terão que ser avaliados por um Revisor Oficial de Contas cujo relatório, contendo a respectiva descrição e o valor considerado, deverá ser presente no acto da escritura, sendo o valor desses bens integrado na quota do sócio que com eles participou, complementado ou não com uma parte em dinheiro.

Nas sociedades por quotas a legislação nacional não prevê a existência de quotas «de indústria».

Quanto ao valor relativo das quotas, embora seja desejável o equilíbrio entre as mesmas, em especial quando se trata de um número reduzido de sócios, a legislação apenas estipula, para o caso das modalidades de integração completa, que nenhum sócio deverá ser detentor de menos de 10% de capital social.

Em todo o caso, a maior ou menor participação no capital social não condiciona o poder de decisão dos sócios, o qual é equitativamente repartido.

4.6. Participação dos sócios na actividade social

Como vimos já, nas Sociedades de Agricultura de Grupo propriamente ditas os sócios não podem limitar-se ao estatuto de participantes com capital, estando obrigados a participar também directamente com a sua capacidade de gestão e de trabalho, mesmo quando não exercem essa actividade a título principal conforme é admitido nas formas congéneres, «em condições semelhantes às que se verificam nas explorações de carácter familiar», sendo limitado o recurso a trabalho assalariado.

No âmbito da gestão, embora a supervisão e representação da sociedade seja confiada a um ou vários gerentes (naquelas com um menor número de sócios é frequente a gestão ser exercida por todos eles conjuntamente), a tomada de decisões compete a todos os sócios em igualdade de condições, dispondo cada um deles de um voto ainda que seja diferente a respectiva participação no capital social.

Quanto à participação com trabalho, mesmo aqueles sócios que não participam a título principal ficam em todo o caso comprometidos a participar de acordo com a respectiva disponibilidade e conhecimentos e com as necessidades da sociedade, devendo o volume de trabalho por eles assegurado, ainda que sejam dois sócios apenas, ser equivalente pelo menos a 1,5 UHT.

O trabalho prestado pelos sócios à sociedade poderá/deverá sempre que possível ser remunerado regularmente, de acordo com o montante e periodicidade deliberados em assembleia geral, ou através dos lucros apurados. Além dessa remuneração pelo seu trabalho, os sócios beneficiam igualmente da parte da repartição dos lucros que a cada um couber em função do capital subscrito, bem como das rendas, alugueres ou outras formas de remuneração relativas aos bens (terras, máquinas, instalações, etc.) postos à disposição da sociedade, os quais, tal como a remuneração pelo trabalho, são contabilizados como despesa da sociedade.

4.7. Denominação característica protegida

As sociedades reconhecidas como Sociedade de Agricultura de Grupo ou modalidade congénere devem evidenciar a sua natureza peculiar, seja nas publicações seja em quaisquer documentos, facturas, etc., a emitir, através da menção por extenso ou abreviada da sua designação particular, SAG-IP, SAG-IC, APA, ACEA ou EFAR, conforme for o caso. Para o efeito, e caso essa designação não faça parte da própria denominação oficial constante do certificado de admissibilidade da denominação emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, prevê a legislação que a mesma poderá ser simplesmente acrescentada à denominação social sem necessidade de qualquer registo ou autorização.

Em contrapartida, a nenhuma sociedade que não seja reconhecida, ou a quem esse reconhecimento tenha sido revogado, é permitido utilizar qualquer daquelas designações, daí resultando que uma revogação do reconhecimento vai implicar a alteração da denominação social caso dela fizesse parte integrante.

4.8. Conteúdo do pacto social – menções obrigatórias

O pacto social das Sociedades de Agricultura de Grupo e modalidades congéneres, quanto ao respectivo conteúdo, compreende as menções habituais dos

estatutos da generalidade das sociedades por quotas, por cujas disposições no essencial se regem. Para além dessas menções deverão todavia acolher igualmente as particularidades que as distinguem das demais sociedades quanto ao modo de organização e funcionamento decorrentes da legislação específica que as regula, cujas disposições prevalecem sobre as do Código Comercial.

Faz-se notar que a constituição da sociedade, como entidade jurídica de suporte da modalidade associativa visada, terá sempre que anteceder o reconhecimento, podendo tratar-se de uma sociedade expressamente criada com essa intenção, conforme mais frequentemente se verifica, ou de uma sociedade já existente, cujo elenco social, objectivos e modo de funcionamento sejam ou se tornem conformes com as condições requeridas, mediante adaptação dos estatutos, incluindo, se for caso disso, a natureza de sociedade comercial para sociedade civil.

Os serviços regionais do Ministério da Agricultura, tal como a Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural a nível central, dispõem de um modelo exemplificativo e orientador dos estatutos, o qual está à disposição dos interessados. Embora não seja obrigatória a adopção desse modelo para efeitos da elaboração dos estatutos da futura sociedade, sendo ele susceptível das adaptações que os interessados entendam tendo em consideração as circunstâncias concretas, a sua utilização constitui em todo o caso uma garantia da conformidade dos estatutos para efeitos do subsequente reconhecimento, evitando-se assim o risco de ter que se proceder à rectificação do seu conteúdo através de uma escritura de alterações.

Em particular, os estatutos devem indicar a modalidade associativa de que se trata e o diploma pelo qual a sociedade vai reger-se, com a expressa menção, conforme estipula o Decreto-Lei n.º 336/89, dos requisitos essenciais de constituição e funcionamento aplicáveis.

Assim, no caso de uma sociedade que pretenda ser reconhecida como **Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Completa**, tendo pois por objecto «a exploração agrícola (ou agro-pecuária) realizada em comum pelos sócios», a disposição estatutária adequada, conforme indicado, poderia ser:

Art. n.º... (Requisitos essenciais de constituição e funcionamento)

A sociedade enquadra-se na categoria de Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Completa, nos termos do Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro, e rege-se em particular segundo as disposições seguintes do n.º 1 do seu artigo 3.º:

- a) Os sócios são pessoas singulares, maiores, todos eles revestindo a qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante;
- b) O número de sócios não pode ser superior a dez;
- c) A actividade a título principal dos sócios é exercida na exploração societária;
- d) O volume de trabalho assegurado pelos sócios deve ser equivalente pelo menos a uma e meia «unidade homem trabalho»;
- e) Nenhum sócio pode ser detentor de menos de dez por cento do capital social;
- f) Cada sócio dispõe de um único voto, independentemente do montante e composição da respectiva quota.

Tratando-se de uma **Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Parcial**, tendo por objecto «a realização em comum de actividades acessórias ou complementares das explorações dos sócios, incluindo a prestação de serviços dirigidos às mesmas», nos termos do Decreto-Lei n.º 336/89 regendo-se em particular segundo as disposições do n.º 2 do seu artigo 3.º, os requisitos essenciais a mencionar seriam:

- a) Os sócios são pessoas singulares maiores, ou colectivas, todos eles revestindo a qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante;
- b) A actividade a título principal dos sócios pode ser exercida na respectiva exploração ou/e na exploração societária;
- c) A sede social poderá localizar-se na área de qualquer das explorações associadas;
- d) Cada sócio dispõe de um único voto, independentemente do montante e composição da respectiva quota.

Tratando-se de um **Agrupamento de Produção Agrícola**, tendo por objecto o mesmo indicado para as SAG – Integração Completa e regendo-se em particular segundo as disposições do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 336/89, os requisitos essenciais seriam:

- a) Os sócios são pessoas singulares, maiores ou colectivas, apenas podendo exercer a gerência aqueles que revistam a qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante e conjuntamente detentores de pelo menos vinte por cento do capital social;

... as alíneas b), c), d), e) e f) são iguais às indicadas para as SAG-IC.

Tratando-se de um **Agrupamento Complementar da Exploração Agrícola**, tendo por objecto o mesmo indicado para as SAG – Integração Parcial e regendo-se em particular segundo as disposições do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/89, os requisitos essenciais seriam:

- a) Os sócios são pessoas singulares, maiores ou colectivas, apenas podendo exercer a gerência aqueles que revistam a qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante e conjuntamente detentores de pelo menos vinte por cento do capital social;

... as alíneas b), c), e d) são iguais às indicadas para as SAG-IP.

Tratando-se de uma **Empresa Familiar Agrícola Reconhecida**, tendo por objecto o mesmo indicado para as SAG – Integração Completa e regendo-se em particular segundo as disposições do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 336/89 (aditado pelo Decreto-Lei n.º 339/90, de 30 de Outubro), os requisitos essenciais seriam:

- a) Os sócios são pessoas singulares, ligados por relações jurídicas familiares ou equiparadas, apenas podendo exercer a gerência aqueles que revistam a qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante e conjuntamente detentores de pelo menos vinte por cento do capital social;

b) ...

c) ...

d) O trabalho assegurado pelos sócios deve corresponder pelo menos a metade do volume total requerido pela exploração societária;

e) ...

f) ...

... as alíneas b), c), e) e f) são iguais às indicadas para as SAG-IC.

5. Processo de constituição e reconhecimento e sua revogação

A constituição e reconhecimento das Sociedades de Agricultura de Grupo e congêneres processa-se segundo três fases.

A primeira fase consiste na constituição, em conformidade com a tramitação estabelecida para as sociedades em geral, daquela que irá constituir o suporte jurídico da modalidade de Agricultura de Grupo visada, como sociedade civil sob a forma comercial de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

A segunda consiste no processo de reconhecimento, da competência do Ministério da Agricultura, que irá transmitir ao suporte jurídico societário a qualidade de Sociedade de Agricultura de Grupo, ou modalidade congênere se for o caso, com as obrigações e regalias inerentes.

Finalmente, a terceira fase compreende os procedimentos subsequentes à escritura pública e reconhecimento, necessários para completar o processo legal de constituição, verificando-se nesta certas alterações face ao procedimento geral decorrentes da qualidade adquirida através do reconhecimento.

A partir daqui e ao longo da vida da sociedade mantêm-se em todo o caso certas obrigações da sociedade perante o Estado, às quais faremos adiante referência.

Mais pormenorizadamente a tramitação pode ser descrita conforme segue.

5.1. Constituição da sociedade

1. Definida pelos interessados a modalidade associativa visada e em cujos requisitos se enquadram, ou seja, de integração completa ou parcial e SAG pro-

priamente dita ou modalidade congénere, a denominação pretendida e o objecto social, deverá ser requerido junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC) a emissão do correspondente Certificado de Admissibilidade, comprovativo da possibilidade de ser adoptada a denominação escolhida, ou alguma alternativa que tenha sido indicada, podendo esta integrar ou não a designação da modalidade de Agricultura de Grupo de que se trata.

2. Procede-se à elaboração da minuta dos estatutos. No essencial o conteúdo dos estatutos assemelha-se ao da generalidade das sociedades por quotas, devendo em todo o caso mencionar aquilo que a distingue, designadamente a legislação específica e os requisitos essenciais da constituição e funcionamento pelos quais na sequência do reconhecimento vai reger-se, não devendo em contrapartida conter quaisquer disposições que contrariem o seu espírito.

A denominação social, tal como o objecto indicados na minuta dos estatutos, deverão ser iguais às constantes no Certificado de Admissibilidade.

3. Caso as quotas, ou alguma delas, integrem bens em espécie, estes terão que ser objecto de uma avaliação por um Revisor Oficial de Contas cujo relatório, contendo a sua descrição e respectivo valor atribuído, se destina a ser presente ao notário no acto da escritura e posteriormente publicado no *Diário da República* conjuntamente com os estatutos.

Por seu turno o montante, correspondente às entradas em dinheiro, que vai integrar o capital social deverá, previamente à escritura, ser depositado em instituição de crédito à ordem da futura sociedade. Conforme atrás assinalámos, as quotas e por consequência o capital social podem ser integrados exclusivamente em dinheiro ou igualmente em bens, sendo o primeiro caso o mais habitual. Em todo o caso, o montante do capital social legalmente determinado não pode actualmente ser inferior a 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$00).

4. Procede-se seguidamente à escritura pública de constituição da sociedade.

Para este efeito deverão os outorgantes apresentar no notário a minuta dos estatutos bem como os demais documentos indicados: o Certificado de Admissibilidade da denominação, o documento emitido pela instituição de crédito comprovativo do depósito em nome da sociedade e os documentos identificativos dos sócios bem como, se for caso disso, o relatório do Revisor Oficial de Contas.

Na posse dos referidos documentos o notário procede à celebração da escritura, geralmente nos termos do artigo 78.º do Código do Notariado, para o efeito anexando a minuta dos estatutos, naturalmente redigida nos devidos termos, ao título de constituição elaborado na presença dos outorgantes.

Caso se trate de uma sociedade já existente, em vez de escritura da constituição tratar-se-á de uma escritura de alterações, em conformidade com a minuta que os sócios deverão apresentar e que deverá ter sido previamente aprovada pela Assembleia Geral, destinada a ajustar o conteúdo dos estatutos da sociedade ao requerido para efeitos do reconhecimento, podendo tornar-se necessário alterar a própria forma jurídica, de sociedade comercial para sociedade civil, caso a sociedade revestisse aquela forma.

Em qualquer dos casos considera-se de toda a conveniência, e por isso se aconselha, que previamente a darem início ao processo de constituição ou de alteração da sociedade os interessados contactem os Serviços Regionais do Ministério da Agricultura, da área onde vai localizar-se a sede social, a fim de obterem as informações e esclarecimentos de que necessitem, certificarem-se de que efectivamente reúnem os requisitos de que irá depender o reconhecimento da sociedade, e em particular obterem as indicações quanto ao conteúdo dos estatutos, evitando assim o risco de após a escritura se verificar que os mesmos se não encontram conformes, o que implicaria a sua rectificação.

5.2. Reconhecimento pelo Ministério da Agricultura

1. Após a escritura de constituição da sociedade deverão os interessados contactar os Serviços Regionais do Ministério da Agricultura com vista à obtenção do reconhecimento, da competência do Director-Geral de Desenvolvimento Rural mediante informação e parecer da Direcção Regional de Agricultura.

Para o efeito apresentarão o correspondente pedido acompanhado de uma certidão da escritura da constituição ou de alterações se tiver sido o caso, fotocópia da identificação dos sócios – bilhete de identidade ou cartão de identificação de pessoa colectiva se algum dos sócios revestir esta qualidade –, contratos de arrendamento ou outra forma de disposição do direito de exploração ou ainda, sendo os sócios rendeiros, autorização do senhorio a fim de

que os prédios sejam explorados pela sociedade, bem como um Plano de Exploração ou de Melhoria respeitante à totalidade da exploração, para o que pode ser utilizado o modelo próprio do IFADAP, podendo nos casos de integração parcial aquele plano ser substituído por uma descrição das actividades a que a sociedade vai dedicar-se e dos aspectos da exploração societária que tenham relação com as explorações dos sócios.

2. Na posse dos documentos indicados e outras informações de que necessite, o serviço competente da Direcção Regional de Agricultura procede ao preenchimento de uma Ficha Técnico-Económica-Social na qual constarão os elementos que interessam para a avaliação da conformidade da sociedade, designadamente os elementos identificativos dos sócios, sua qualidade ou não de agricultor a título principal ou a tempo inteiro, respectiva participação na actividade social, repartição da mão-de-obra, prédios que vão integrar a exploração, actividades a prosseguir pela sociedade e meios operativos – máquinas, equipamentos, instalações, animais, etc. – de que a mesma irá dispor.

Igualmente os serviços da DRA (ou os interessados mediante compromisso por eles subscrito) emitem Declarações de Agricultor a Título Principal dotado de capacidade profissional bastante (*) e de Jovem Agricultor relativos aos que revistam essa qualidade, e a Declaração de Agricultor a Título Principal relativa à sociedade em apreciação bem como, tratando-se de integração parcial, aos sócios pessoas colectivas, caso haja, que também revistam esta qualidade.

Face aos documentos e informações indicados, a Direcção Regional de Agricultura emite o seu parecer quanto à conformidade da sociedade com a modalidade de Agricultura de Grupo a que se candidata e, em resultado, propõe, ou não, à Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural o reconhecimento, enviando-lhe o processo completo.

3. A DGDR, através da Divisão de Associativismo e Apoio Institucional, analisa o processo de candidatura recebido da DRA e procede à avaliação definitiva da conformidade da sociedade para efeitos do reconhecimento, submetendo o seu parecer ao director-geral para despacho e emissão do correspondente Alvará de Reconhecimento.

O original do Alvará, seguidamente enviado à sociedade, constitui o documento comprovativo da qualidade por esta adquirida perante as entidades e para os efeitos que interessem, designadamente a fim de completar os trâmites da sua constituição e beneficiar das regalias e isenções fiscais a que passa a ter direito.

Caso o parecer seja negativo a sociedade dispõe da faculdade de recurso hierárquico a interpor junto do Ministério da Agricultura no prazo de 30 dias.

5.3. Procedimentos subsequentes ao reconhecimento

1. Obtido o reconhecimento haverá que completar os trâmites legais de constituição, em primeiro lugar o registo da sociedade na Conservatória do Registo Comercial.

Para efeitos do registo na Conservatória as sociedades dispõem de um prazo de 90 dias, prazo que, verificando-se entretanto o reconhecimento, recomeça a ser contado a partir da data deste. Em contrapartida, a decisão do reconhecimento caducará se no prazo dos 90 dias seguintes a sociedade não tiver efectuado o seu registo comercial.

Antes ainda do registo haverá que proceder na Repartição de Finanças à Declaração do Início de Actividade, através do mod. 20 do IRC cuja cópia será apresentada na Conservatória.

2. Após o registo serão efectuadas por iniciativa da Conservatória as publicações num jornal da localidade e no *Diário da República*, podendo esta ser reduzida a um extracto e sendo em todo o caso a publicação gratuita.

Também deverá ser requerido do RNPC a emissão do cartão definitivo de pessoa colectiva.

3. Finalmente deverá a sociedade apresentar na Repartição de Finanças os documentos comprovativos do seu reconhecimento e registo a fim de passar a beneficiar das regalias e isenções fiscais a que tem direito, bem como na Direcção Regional de Agricultura o comprovativo da efectivação do registo.

5.4. Obrigações da sociedade perante o Ministério da Agricultura.

Revogação ou transformação do reconhecimento

Concluído o procedimento atrás descrito, a sociedade fica vinculada ao longo da sua existência às obrigações perante a administração pública – Segurança Social, Finanças, Conservatórias, etc. – que incumbem à generalidade das sociedades, sem embargo do estatuto mais favorável que o reconhecimento confere, e em particular no seu caso perante os serviços competentes do Ministério da Agricultura, designadamente das Direcções Regionais de Agricultura, a quem incumbe o apoio e acompanhamento da sua actividade.

Quanto aos serviços do Ministério da Agricultura, as sociedades ficam obrigadas a facultar todos os elementos que os mesmos careçam a fim de verificarem da manutenção dos requisitos e condições de funcionamento que justificaram o reconhecimento, incluindo informações sobre todas as alterações efectuadas nos seus estatutos e na titularidade das quotas.

Caso se verifiquem irregularidades será a sociedade advertida a fim de regularizar a situação podendo, a manter-se, implicar a revogação do reconhecimento, com as consequências que houver, nomeadamente a restituição de importâncias indevidamente recebidas ou a que tenham perdido o direito.

A revogação do reconhecimento é da competência do Director-Geral de Desenvolvimento Rural, tal como havia sido a sua concessão, mediante informação e parecer da Direcção Regional de Agricultura, cabendo à sociedade recurso hierárquico da decisão, se o entender, para o Ministro. Em todo o caso, convém sublinhar, a revogação não implica a dissolução da sociedade, prosseguindo ela naturalmente a sua actividade nas mesmas condições de qualquer outra sociedade agrícola não sujeita a qualquer regime especial.

Uma possível alternativa à pura e simples revogação do reconhecimento pode todavia consistir numa transformação desse reconhecimento no da modalidade congénere correspondente em função do objecto social – APA ou EFAR no caso da integração completa ou ACEA tratando-se de integração parcial –, menos exigente do que as SAG em termos das suas condições de funcionamento e em

particular no que se refere à qualidade dos sócios e sua participação na actividade social. Seria esse, por exemplo, o caso de uma Sociedade de Agricultura de Grupo – Integração Completa em que algum dos sócios tivesse deixado de assumir a qualidade de agricultor a título principal, por exemplo em virtude de se haver dedicado a uma actividade fora da exploração desejando, no entanto, com a aquiescência dos demais, prosseguir como sócio, sendo o reconhecimento como SAG transformado num novo reconhecimento, neste caso como Agrupamento de Produção Agrícola.

É de notar que situações como aquela exemplificada nada têm de censurável ou de comprometedor para o espírito da Agricultura de Grupo, antes devendo ser encaradas no quadro do processo evolutivo que com toda a naturalidade é susceptível de ocorrer.

De facto, as SAG ou qualquer das modalidades congéneres não devem ser encaradas como um fim em si mesmo, como algo de imutável, podendo constituir um meio de proporcionar determinados efeitos e resultados benéficos e dando por cumprida a sua finalidade uma vez estes alcançados, ou uma etapa de transição entre uma empresa individual e alguma outra forma de exploração em princípio mais adaptada do que aquela ou aquelas de que partiu, não excluindo a eventualidade do seu retorno à exploração individual mas decerto sem excluir também a continuidade da forma de exploração societária, conforme tantas são as que prosseguem, muitas já com dezenas de anos.

6. Os apoios do Estado (*)

As sociedades de Agricultura de Grupo, bem como as modalidades congéneres, na sequência e em resultado do seu reconhecimento passam a beneficiar de um regime especial de incentivos e apoios em conformidade com o estipulado no

(*) NOTA: Embora se tenha optado por manter este capítulo sem alteração, faz-se notar que o conjunto dos apoios indicados nos números 6.4 e 6.5 se encontra ultrapassado, em virtude de, já após concluído o texto para publicação, ter sido instituído um novo regime de apoios financeiros às explorações agrícolas, contendo importantes diferenças, através dos programas enquadrados no III Quadro Comunitário de Apoio. Situação idêntica se verifica quanto ao regime fiscal aplicável em matéria de IRC, mas igualmente em relação à generalidade dos demais impostos em consequência da revisão em curso do Código Fiscal.

Decreto-Lei n.º 336/89, tal como nos diplomas que o antecederam, designadamente sob a forma de ajudas financeiras e isenções fiscais, à sua constituição, funcionamento e investimentos realizados, conforme passamos a indicar.

6.1. Apoios à constituição

Entre os apoios à constituição destacam-se as isenções ou reduções emolumentares e de outras custas identicamente ao estabelecido para as cooperativas agrícolas, bem como a gratuidade das publicações no *Diário da República*.

Os serviços regionais do Ministério da Agricultura prestam aos interessados as informações e esclarecimentos necessários com vista à constituição da sociedade, inclusive quanto ao conteúdo dos estatutos, competindo-lhes ao mesmo tempo verificar da conformidade e observância das condições requeridas para efeitos do subsequente reconhecimento.

6.2. Regime de segurança social

Os sócios que participam na actividade social na qualidade de agricultor a título principal são abrangidos pelo regime de segurança social, mais favorável em termos do montante contributivo, aplicável aos trabalhadores independentes que exercem actividades agrícolas, conforme prevê o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 336/89.

6.3. Regime fiscal

Quanto a esta matéria o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 336/89 mantém em vigor o princípio estabelecido na legislação precedente segundo o qual as Sociedades de Agricultura de Grupo beneficiam das regalias e isenções concedidas por lei às cooperativas agrícolas, sendo o regime fiscal a estas aplicável regulado actualmente pela Lei n.º 85/98, de 16 de Dezembro, que aprovou o Estatuto Fiscal Cooperativo.

Antes de passarmos a indicar as isenções fiscais aplicáveis importa recordar que, não obstante o Decreto-Lei n.º 336/89 o prever, não veio todavia até agora a ser definido o regime fiscal aplicável às modalidades congéneres, o que em nosso

entender constitui uma das principais causas responsáveis pela sua fraca implementação até agora verificada. Prevê-se, no entanto, que o regime aplicável a estas modalidades, naturalmente em termos menos amplos do que aquele aplicável às SAG tendo em atenção o diferente grau de exigências, venha a ser estabelecido e assim suprida esta omissão.

Em conformidade com o Estatuto Fiscal Cooperativo, aplicável às SAG por equiparação às cooperativas agrícolas, estão elas isentas:

- do IRC, nas condições estabelecidas no Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- da Contribuição Autárquica, incidente sobre o valor patrimonial dos imóveis destinados à sede e ao exercício de actividades que constituam o respectivo objecto social, ou seja, a exploração societária;
- do Imposto de Sisa na aquisição de quaisquer direitos sobre imóveis destinados à sede e ao exercício de actividades que constituam o respectivo objecto social;
- do Imposto sobre as Sucessões e Doações;
- do IVA, no caso da integração parcial, relativo aos serviços prestados aos sócios;
- do Imposto de Selo, sobre os livros de escrituração, recibos e demais documentos e papéis, nos actos preparatórios e necessários à constituição, dissolução e liquidação, nos contratos que celebrem quando o selo constitua encargo seu, requerimentos e documentos anexos bem como nas publicações obrigatórias.

6.4. Apoios ao arranque e funcionamento

- a) Em conformidade com a Secção II da Portaria n.º 195/98, de 24 de Março, que aplica o Regulamento (CE) n.º 950/97 relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, as SAG, bem como as modalidades congéneres, têm acesso às ajudas de arranque dos agrupamentos de agricultores destinadas a financiar os seus custos de gestão, dependendo o montante dessa ajuda do número de sócios.
- b) Ao abrigo da Secção III da mesma Portaria as Associações de SAG podem ser reconhecidas como Serviços de Gestão, beneficiando assim das correspondentes ajudas.

- c) Por outro lado, as modalidades de integração parcial (SAG-IP e ACEA) podem ser reconhecidas como Organização ou Agrupamento de Produtores para efeitos da comercialização dos produtos das explorações associadas, tendo assim direito às ajudas estipuladas à constituição e funcionamento administrativo, bem como à execução do correspondente Plano Operacional tratando-se de produtos do sector das frutas e hortícolas frescos ou destinados à transformação. Recorda-se que a revogação, através do Decreto-Lei n.º 382/93, de 18 de Novembro, do número máximo de sócios, veio possibilitar o reconhecimento das modalidades de integração parcial como OP ou AP.

6.5. Apoios ao investimento

a) Ajudas aos investimentos nas explorações

As ajudas aos investimentos nas explorações agrícolas encontram-se reguladas pelo Capítulo II da Portaria n.º 195/98, de 24 de Março, que aplica o Regulamento (CE) n.º 950/97 atrás citado.

Os termos da concessão dessas ajudas, no âmbito do Plano de Melhoria, encontram-se previstos no caso das SAG pelo artigo 10.º (Explorações Associadas), podendo o limite do investimento participável fixado para as explorações individuais ser multiplicado pelo número de explorações integradas, no máximo três, não podendo em todo o caso exceder o correspondente a 110 mil contos.

Faz-se no entanto notar que a aplicação do factor multiplicativo apenas tem lugar quando efectivamente se verifique a integração de explorações anteriormente distintas, em função do número destas, o que poderá nem sempre ocorrer sendo nestes casos a exploração societária baseada numa única exploração preexistente pertencente a um dos sócios, arrendada ou adquirida pela sociedade ou com outra origem.

O factor multiplicativo é igualmente aplicável no caso das formas congéneres desde que todos os sócios sejam pessoas singulares e pelo menos 2/3 de entre eles agricultores a título principal e nenhum deles detentor de menos de 10% do capital social.

b) Ajudas aos investimentos colectivos nas regiões desfavorecidas

Não obstante o papel que as modalidades de Agricultura de Grupo de integração parcial podem assumir na melhoria das condições das explorações situadas em regiões desfavorecidas e consequentemente a importância de que estas ajudas se revestiriam, não são todavia claras as condições da sua admissibilidade, nos termos do Capítulo V, Secção I, da Portaria, a essas ajudas (sob a forma de uma subvenção financeira a fundo perdido até 50% ou 75% do montante do investimento elegível, consoante o tipo de investimento de que se trata), sendo pelo menos exigível que as sociedades integrem no mínimo seis explorações associadas.

c) Sociedades de Agricultura de Grupo constituídas por jovens agricultores

As Sociedades de Agricultura de Grupo exclusivamente constituídas por jovens agricultores, as quais constituem aliás uma percentagem considerável da totalidade das SAG existentes, beneficiam de uma ajuda suplementar de 25% do montante das ajudas aos investimentos nas explorações, bem como de ajudas à aquisição de prédios rústicos.

Por outro lado, aqueles que se instalem como jovens agricultores associados em SAG ou congénere, ainda que nem todos os sócios sejam jovens agricultores, mantêm a título individual o direito às ajudas à primeira instalação.

d) Ajudas aos investimentos relativos à transformação e comercialização

As modalidades de Agricultura de Grupo de integração parcial que sejam reconhecidas como Organização ou Agrupamento de Produtores conforme foi referido na alínea c) do ponto 4., ou pelo menos preencham as condições para esse efeito fixadas em termos de volume/valor da produção e número de produtores associados, têm acesso às ajudas aos investimentos em estruturas de comercialização e/ou transformação, em conformidade com a Portaria n.º 198/98, de 25 de Março, que aprovou o regulamento de aplicação da acção «Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas» decorrente dos Regulamentos (CE) n.º 951/97 e (CEE) n.º 867/90.

Estas ajudas revestem a forma de subsídio a fundo perdido de montante correspondente a 65% (investimentos prioritários) ou 50% (não prioritários) dos investimentos elegíveis realizados, sendo as OP/AP, ou equiparadas nos termos

indicados, consideradas entre as entidades com acesso ao grau mais favorável de financiamento.

7. Evolução da Agricultura de Grupo em Portugal e suas consequências de ordem técnica, económica e social

Em relação a esta matéria existem infelizmente poucos estudos aprofundados e sistemáticos sobre o universo das Sociedades de Agricultura de Grupo capazes de nos proporcionarem um conhecimento suficiente relativamente aos reais efeitos desta forma de exploração em comum, nos seus aspectos técnicos, económicos e sociais, no que respeita às modificações operadas na própria exploração societária e nas condições de vida dos sócios, quer à sua influência no meio social envolvente. Na realidade, o conhecimento existente radica mais no reconhecimento das suas virtualidades e resultados potenciais, nuns quantos dados estatísticos ilustrativos da sua expansão e características mais salientes, nalguns casos exemplares e, não obstante as diferenças quanto às circunstâncias e meio em que se inserem, por referência aos GAEC franceses, estes muito mais aprofundadamente estudados nos seus múltiplos aspectos e efeitos.

Entre nós, os estudos realizados por Agostinho de Carvalho (1971) e Santos Pereira (1969) remotam a uma época em que a Agricultura de Grupo, como forma institucional juridicamente ou de facto regulada não existia ainda – o primeiro diploma legal data de Agosto de 1969 e as primeiras sociedades reconhecidas da segunda metade de 1970 –, incidiram num número limitado de casos concretos ou sobre modelos teoricamente congeminados aos quais, pelo tipo especial de relações e cooperação entre os intervenientes e por comparação com os agrupamentos franceses de exploração em comum, se convencionou logo nessa ocasião designar por «Agricultura de Grupo».

Mais recentemente são de referenciar os estudos realizados, no âmbito das respectivas teses de licenciatura, por Raul Marques (1987) e Ana Paula Roque (1995), tomando já por objecto de análise um número razoável de Sociedades de Agricultura de Grupo, cuja divulgação se manteve todavia praticamente confinada ao meio académico onde foram produzidos.

Mesmo por parte dos serviços da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural e organismos precedentes responsáveis por esta área, e das próprias Direcções Regionais de Agricultura, o conhecimento em concreto das Sociedades de Agricultura de Grupo e do que elas representam é limitado, remontando de há mais de dez anos o último levantamento sistematizado dos elementos caracterizadores mais salientes das sociedades então existentes, correspondentes a pouco mais de um terço das actualmente registadas.

Assim, a fim de podermos transmitir uma ideia e informação possível sobre a evolução, resultados e influência da Agricultura de Grupo e tendo em consideração a actualidade e grande interesse desse estudo vamos seguidamente tomar como referência as principais conclusões do trabalho de Ana Paula Roque, intitulado *Sociedades de Agricultura de Grupo em Portugal* (Tese de Licenciatura em Economia, Universidade Autónoma de Lisboa, 1995).

7.1. Resultados económicos

Reportando-se aos resultados económicos das Sociedades de Agricultura de Grupo, a autora compara-os numa primeira análise aos que se verificam nas explorações individuais de dimensão equivalente, sendo a constituição de explorações mais dimensionadas facilitada pela integração numa só de explorações anteriormente conduzidas separadamente.

Na evolução da exploração societária é entretanto possível distinguir duas fases distintas: um período de arranque, ao qual se segue um período de normalização.

O **período de arranque** é aquele em que se verifica a necessidade de adaptação dos sócios às novas circunstâncias e transformações decorrentes da transição para a exploração em comum, em particular no que diz respeito à tomada de decisões, bem como à repartição das tarefas e participação no trabalho em comum. É o período, cuja duração média é estimada em três anos, em que são tomadas as grandes decisões respeitantes à orientação da exploração, geralmente comportando elevados investimentos cujos encargos vão pesar consideravelmente nos resultados da exploração e no rendimento dos sócios. É aquele em que a sociedade se encontra mais fragilizada e durante o qual os apoios do Estado assumem uma importância mais decisiva.

No **período de normalização** subsequente a sociedade consegue por fim superar as principais dificuldades do período anterior tornando-se mais evidentes as melhorias conseguidas, traduzidas em resultados comparáveis ou mesmo consideravelmente melhores do que os das explorações individuais de dimensão equivalente. Para essa melhoria o factor humano intervém decisivamente, valorizado pela experiência e capacitação adquiridas pelos sócios através da tomada colectiva de decisões, da programação dos trabalhos e da respectiva especialização segundo os sectores da produção ou actividades mais de acordo com a vocação e gosto de cada um, com a consequente maior facilidade na aquisição e melhoria dos conhecimentos técnicos e de gestão.

Há que ter em atenção que a exploração societária não corresponde a um mero somatório das explorações que lhe deram origem, antes implicando uma remodelação profunda da sua estrutura e organização. Verifica-se assim uma melhor utilização da terra em resultado do emparcelamento das explorações e a constituição de um parque de máquinas ajustado à dimensão acrescida, actividades e conformação física da nova exploração, as quais vão facilitar a utilização do material e a redução dos custos unitários. Por outro lado, a mecanização mais completa e ajustada às condições da exploração e a racionalização da produção dão origem a uma importante economia da mão-de-obra disponível, susceptível de ser aproveitada na intensificação da produção, no recurso a culturas e actividades mais exigentes em mão-de-obra ou ainda na realização de operações tendentes a valorizar os produtos obtidos.

7.2. Consequências sociais

É neste domínio que geralmente se verificam as transformações e melhorias mais importantes, constituindo mesmo uma das principais motivações dos agricultores para se associarem, muito naturalmente desejosos de melhorar as suas condições de vida e de trabalho.

Na verdade, a constituição da sociedade induz importantes efeitos de ordem social, com reflexos na qualidade de vida e no dia-a-dia dos sócios. Assim:

a) As condições de relacionamento entre os sócios evoluem

Habitados a conduzirem sozinhos, com poder absoluto de decisão, a respec-

tiva empresa, os sócios têm que dispor-se a abrir mão da sua autonomia passando a partilhar com os demais, em igualdade de condições, o poder de decisão. Nestas circunstâncias a existência de diferenças marcadas entre os sócios, como por exemplo relativas à sua capacidade profissional e conhecimentos, de temperamento ou mesmo quanto ao grau de participação no capital social, traduzidas num ascendente de uns sobre outros, é susceptível de dificultar o bom entendimento e cooperação caso não sejam superadas. De qualquer forma, verificam-se diferenças conforme se trata de sociedades constituídas por um número reduzido de sócios ou mais alargado, podendo neste caso verificar-se mais facilmente a tendência para um deles ou alguns assumirem de forma visível as responsabilidades na condução da empresa, remetendo-se os demais à condição de simples executantes.

b) As mulheres dos sócios deixam geralmente de participar na actividade produtiva

Esta é uma tendência frequentemente verificada. De facto, a constituição da sociedade tende a afastar as mulheres dos sócios de actividade produtiva em que elas anteriormente participavam também. Essa libertação é geralmente bem aceite, deixando assim as mulheres de ter necessidade de se encarregarem dos trabalhos penosos, em particular o tratamento dos animais, podendo dedicar-se mais aos cuidados familiares e outras actividades mais do seu agrado.

A situação pode todavia comportar riscos para a estabilidade do agrupamento quando os homens têm tendência para limitar entre si o debate sobre as questões da exploração, o que pode levar as mulheres a reagir contra essa exclusão causando dificuldades no funcionamento harmonioso.

Uma alternativa interessante, e por exemplo frequente em França, é a de serem as mulheres a ocuparem-se do sector administrativo da sociedade e mesmo da contabilidade quando possuem formação para o efeito.

c) A participação numa sociedade constitui um factor de segurança e de melhoria das condições de vida e de trabalho

A constituição da sociedade vai permitir aos sócios passarem a beneficiar de um horário e ritmo de trabalho mais aliviado, de descanso semanal e férias,

regalias essas que a generalidade dos agricultores individuais, em particular quando a exploração compreende um sector pecuário, dificilmente pode usufruir. Além disso, sendo vários os sócios a participarem nas actividades da exploração, a ocorrência de uma doença ou qualquer outro impedimento por parte de algum deles é menos susceptível de causar dificuldades, a ele próprio e à sociedade, correndo os seus rendimentos menos riscos do que estariam sujeitos caso se tratasse de uma exploração individual.

Por outro lado, a segurança acrescida pode contribuir para um maior dinamismo por parte dos sócios na medida em que a noção dessa maior estabilidade e a solidariedade entre eles os estimula a correr certos riscos calculados e a tomar iniciativas que sozinhos não ousariam.

d) A Agricultura de Grupo valoriza as pessoas

A Agricultura de Grupo desempenha um papel fundamental neste domínio, sendo certo que a alteração das estruturas da exploração implica uma evolução paralela das mentalidades e na forma de pensar e de agir dos sócios.

Na verdade, as condições de funcionamento da sociedade permitem aos seus membros tomarem uma maior consciência das questões económicas, anteriormente remetidas para plano secundário. A gestão partilhada leva os sócios a aperceberem-se da importância dos factores de produção e dos seus custos, em particular da mão-de-obra, e a aprenderem a avaliar os custos e proveitos de uma forma objectiva.

A participação na sociedade impõe ainda aos sócios a aquisição de novos conhecimentos nos domínios da gestão e organização do trabalho enquanto que a especialização e a discussão ao redor de uma mesa das questões inerentes às diversas áreas da exploração lhes permite adquirir um conhecimento técnico mais aprofundado no sector de que mais directamente se ocupam, a par de uma visão mais precisa do conjunto da exploração do que se tivessem que se ocupar indistintamente de toda ela.

Tal como foi apontado para o caso de uma doença ou impedimento, o afastamento temporário de um sócio a fim de frequentar uma acção ou curso de formação profissional não ocasiona dificuldades de maior à empresa.

7.3. Influência no meio agrícola e social envolvente

Caso a sociedade se mantivesse como algo desligado do meio envolvente Agricultura de Grupo, não passaria de um fenómeno com significado e influência limitados. Não é isso todavia que geralmente se verifica. Na verdade, decorridos os primeiros anos nos quais a sociedade atravessa uma fase de maior fragilidade, ela em breve irá passar a exercer, na medida do seu sucesso, uma influência importante sobre os agricultores da região, inicialmente cépticos e expectantes perante a novidade, sendo essa influência diferente também consoante se trate de um grupo restrito e fechado de sócios, de âmbito familiar, ou reunindo um conjunto mais alargado de agricultores da região.

No plano estritamente local, a existência da sociedade conduz à modificação de certos dados económicos e comportamentos sociais. Assim, por um lado, o agrupamento procura alargar a área da exploração tornando-se um concorrente de peso no arrendamento de novas terras. Por outro lado, numa região onde a disponibilidade de mão-de-obra seja escassa a sociedade tem condições para pagar melhores salários do que as empresas individuais, nela encontrando os assalariados uma maior segurança e relações humanas frequentemente mais fáceis e estimulantes.

7.4. Perspectivas de desenvolvimento e evolução

As estruturas resultantes da Agricultura de Grupo têm demonstrado a sua vitalidade em meios humanos e geográficos os mais diversos. A sua capacidade de resposta e adaptação a uma grande variedade de problemas e situações confere-lhe um indiscutível interesse. Torna-se, no entanto, da maior importância avaliar em que medida é que ela tem sido capaz de se ajustar às condições socio-económicas em mutação e quais as perspectivas da sua evolução.

A evolução e mudanças operadas nas sociedades constituídas desde o final dos anos sessenta, com um ciclo de vida já alongado e atravessando concepções e orientações diversas da política agrícola, possibilitam uma certa clarificação.

Assim, tem sido verificado que:

a) As sociedades tendem a aumentar a área da exploração, com bastante mais facilidade que as empresas individuais, mas não o número de sócios

A dimensão assume um papel importante na evolução das sociedades, sendo bastante mais fácil para elas do que para uma exploração individual, sobretudo se de pequena dimensão, integrar alguns hectares suplementares e ajustar as suas estruturas a esse alargamento. O crescimento da área disponível faz-se sobretudo através do recurso ao arrendamento, o que significa também que os proprietários que pretendem ceder as suas terras o fazem preferentemente a uma sociedade em vez de a um agricultor individual.

Para além do arrendamento ou da aquisição de novas terras, o alargamento da superfície pode também ser conseguido através da admissão de novos sócios, o que todavia é menos frequente verificar-se. Na verdade, as sociedades têm geralmente alguma relutância em admitir novos sócios, sobretudo quando se trata de não familiares. De facto, é natural que aqueles que a criaram e assumiram os riscos encarem com reserva a eventualidade da admissão de novos sócios uma vez ultrapassado o período de maiores dificuldades.

A admissão de novos sócios comporta também questões de ordem económica. Assim, a admissão de um novo elemento, ainda que acompanhada da integração de novas terras, implica a capacidade por parte da sociedade para ocupar essa acrescida disponibilidade de mão-de-obra, em particular quando tratando-se duma SAG – Integração Completa ele vai participar também a título principal, o que poderá não ser fácil. De facto, a maior carência da sociedade é geralmente de terra para explorar e não de mão-de-obra.

Um outro obstáculo à admissão de novos sócios em sociedades que têm já alguns anos de existência é de ordem financeira: durante esse período foram realizados importantes investimentos, o que impõe àqueles que pretendam aderir de novo uma participação no capital social que poderá não estar ao seu alcance.

Relativamente às sociedades existentes, verifica-se que a tendência vai para o crescimento da área acompanhada da manutenção ou mesmo decréscimo do número de associados.

b) Tende a aumentar a proporção de sociedades de âmbito familiar

Diferentemente do que se verificava nos primeiros anos de implementação da Agricultura de Grupo em Portugal, tem vindo a aumentar a importância relativa das sociedades de âmbito familiar.

No final dos anos oitenta cerca de dois terços das sociedades eram constituídas entre familiares, designadamente pai(s)/filho(s) e mais frequentemente entre irmãos, tendência essa que tem vindo a acentuar-se tornando-se numa das características marcantes da Agricultura de Grupo, à semelhança aliás do que se verifica nos GAEC franceses. Esta tendência comporta igualmente uma diferença relativamente aos objectivos que levam à constituição das sociedades: enquanto que as constituídas entre vizinhos têm essencialmente em vista promover o emparcelamento das explorações e, por este meio, as melhorias de ordem técnica, económica e social resultantes, as sociedades de âmbito familiar têm mais em vista a manutenção da exploração, evitando a sua futura divisão entre os herdeiros, e assegurar mais facilmente a transferência de pais para filhos da responsabilidade da direcção da empresa. Deste modo, quando não ocorram circunstâncias perturbadoras da harmonia do grupo, as sociedades constituídas entre vizinhos manifestam frequentemente um maior dinamismo e capacidade de transformação do que aquelas.

Tendo em consideração as novas modalidades associativas é de admitir que as de integração parcial poderão despertar um grande interesse por parte dos agricultores vizinhos, podendo representar uma primeira etapa no sentido de uma integração mais completa. Essa constatação está, porém, por fazer, tanto mais que as modalidades de integração parcial ainda se mantêm pouco divulgadas.

c) Perspectivas de evolução/transformação das sociedades

Segundo certos observadores, a Sociedade de Agricultura de Grupo mais não seria do que uma fase transitória culminando no retorno a uma nova exploração individual, naturalmente em melhores condições do que situação de partida, uma vez que todos excepto um dos sócios tenham abandonado a sua actividade na sociedade ou mudado de profissão. Certas circunstâncias parecem todavia opor-se a esta evolução visto ela implicar para aquele que permanece a aqui-

sição das explorações ou das quotas dos demais, o que poderia ser incompatível.

Mais normal, conforme atrás foi apontado, parece ser a evolução através de uma redução gradual do número de sócios assegurando os que permanecem a continuação da empresa.

Outra evolução possível, frequentemente observada nos GAEC franceses nos anos mais recentes e obrigando à sua transformação, consistiria na permanência dos sócios ainda que deixando de exercer a sua actividade na sociedade, ou a admissão em sua substituição de novos sócios apenas participantes com capital, implicando isso igualmente a transformação da Sociedade de Agricultura de Grupo na modalidade congénere correspondente.

Seja como for, tem sido observado que, uma vez habituados à vivência em sociedade, dificilmente aqueles que se associaram se dispõem a reassumir individualmente a actividade agrícola.

Uma tendência que tem sido também observada ao longo do tempo e que tudo indica irá prosseguir diz respeito à participação de jovens agricultores, em percentagem crescente relativamente ao conjunto de sócios. Ao mesmo tempo, é igualmente crescente a proporção de sociedades exclusivamente constituídas por jovens agricultores, os quais optam por se instalarem e prosseguir nestes termos a sua actividade.

d) Implementação da Agricultura de Grupo segundo a região e o tipo de culturas ou actividades

Desde o início da implementação da Agricultura de Grupo a região do Ribatejo Oeste tem-se mantido, a larga distância, aquela onde se encontra mais implementada, nela se localizando mais de metade da totalidade, seguindo-se-lhe a região de Entre Douro e Minho, Alentejo e Beira Litoral. O interior do País, tal como o Algarve, são as regiões onde a Agricultura de Grupo está menos implantada, o que mostra que é nas regiões de agricultura menos desenvolvida e pobre que os agricultores menos tendem a associar-se.

Para o futuro admite-se que o panorama não se altere substancialmente, ainda que a evolução dos condicionalismos económicos seja susceptível de influenciar o tipo de explorações e de atrair mais agricultores para a exploração em

comum. Deve ter-se em conta que a Agricultura de Grupo vai perdendo o carácter de inovação à medida que as sociedades se vão multiplicando, facilitando assim o seu conhecimento e divulgação. Admite-se entretanto que as modalidades de integração parcial, ainda pouco divulgadas, poderão vir a assumir futuramente uma expressão relevante.

Um aspecto que poderá influenciar a evolução tem a ver também com a expansão do regadio, parecendo a Agricultura de Grupo particularmente adequada para uma boa gestão das terras irrigadas e capaz de permitir, em especial quando a constituição da sociedade é acompanhada pelo emparcelamento de explorações, uma economia apreciável na implementação dos sistemas de rega e no consumo de água, bem como uma utilização mais racional das máquinas e da mão-de-obra em que as culturas de regadio são bem mais exigentes.

Igualmente é de admitir que nas regiões de produção pecuária, onde até agora a implantação da Agricultura de Grupo não tem sido muito importante, venha a crescer o interesse tendo em vista a considerável melhoria do ponto de vista económico e em particular no que respeita às condições de trabalho que a exploração em comum proporciona.

7.5. Alguns elementos característicos mais relevantes

Como se pode verificar no Quadro da página 64, encontrava-se registado no final de 1998 um total de 694 sociedades reconhecidas, das quais 569 SAG – Integração Completa e 16 SAG – Integração Parcial, e apenas 9 congéneres, sendo 3 APA, 3 ACEA e 3 EFAR.

As referidas sociedades compreendiam 2196 sócios e uma área de perto de 50 mil hectares, perfazendo assim uma média de 3,2 sócios e 70 hectares por sociedade e 22 hectares por sócio, variando no entanto consoante a região, como seria de esperar, entre um máximo de 313 hectares/sociedade no Alentejo e um mínimo de 20 e 10 hectares /sociedade, respectivamente, em Entre Douro e Minho e no Algarve.

De acordo com a localização, conforme foi referido, mais de metade da totalidade das sociedades, 379 em número e correspondendo a 55%, localizam-se na região do Ribatejo Oeste.

Tendo em consideração o diploma legal ao abrigo do qual foram reconhecidas, verifica-se que 66 sociedades o foram ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49.184, 206 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 513-J/79 e 422 nos nove anos decorridos de vigência do Decreto-Lei n.º 336/89.

Um dado interessante e já salientado diz respeito à participação de jovens agricultores, correspondendo estes a 60% dos sócios no caso das sociedades constituídas ao abrigo da legislação actualmente em vigor, perfazendo para o conjunto dos diplomas um total superior a 1000, ou seja, mais de metade dos associados em Agricultura de Grupo.

Conforme temos apontado, não existem dados actualizados sobre os principais elementos caracterizadores das sociedades existentes, prevendo-se no entanto que brevemente irá ser realizado um novo levantamento da situação.

Em todo o caso, a fim de podermos transmitir uma ideia vamos socorrer-nos dos elementos relativos às sociedades constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 513-J/79, tendo no entanto em consideração que este diploma era menos rigoroso que o actual, para o caso das SAG, no que respeita à participação como sócios de pessoas não revestindo a qualidade de agricultor a título principal.

Assim, relativamente àquelas sociedades, verifica-se que:

- 88% dos sócios eram agricultores, a tempo inteiro ou a título principal;
- 76% dos sócios participavam com trabalho na sociedade a tempo inteiro;
- apenas 18% das sociedades recorriam a assalariados permanentes, geralmente não mais do que um ou dois, em 21% a mão-de-obra era totalmente assegurada pelos sócios, recorrendo as restantes apenas a assalariados temporários ou eventuais;
- 43% dos sócios tinham menos de 31 anos e 65% menos de 40, ainda que nem todos correspondessem à qualificação do jovem agricultor.

Considerando as sociedades referenciadas conjuntamente com aquelas constituídas anteriormente ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49.184, verificava-se uma média de perto de 4 sócios, sendo 28% constituídas por 2 apenas, 46% por 3 ou 4

e as restantes por um número superior, verificando-se uma tendência, em especial nos anos mais recentes, para a redução do número médio de sócios.

Relativamente à proveniência da terra verifica-se que 37% da área era arrendada pelos sócios ou seus familiares, 23% arrendada a estranhos e outros 23% adquirida pelas sociedades, participando a restante sob outras formas, designadamente a integração em propriedade, sendo neste caso o valor atribuído integrado na quota do sócio cedente, conforme era vulgar verificar-se nas primeiras sociedades constituídas mas que veio a cair em desuso.

Quadro II - Agricultura de Grupo

Sociedades constituídas até 31/12/1998 (incluindo as formas congêneres)(*)

Região Agrária	Dec-Lei n.º 49/184 (11 Ago 1969)			Dec-Lei n.º 513-J/79 (26 Dez 1979)			Dec-Lei n.º 336/89 (4 Out 1989)										Totais III			Total I+II+III	
	Totais I			Totais II			Ano do reconhecimento														
	n.º SAG	n.º Sócios	Área (Ha)	n.º SAG	n.º Sócios	Área (Ha)	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	n.º SAG	n.º Sócios	Área (Ha)	n.º SAG	n.º Sócios	Área (Ha)
Entre Douro e Minho	12	102	935	17	52 (31)	258	10	6	11	5	9	14	10	6	10	81	222 (171)	995	110	376	2188
Trás-os-Montes	7	30	341	3	10 (7)	128	-	-	3	2	6 (11P)	3	4	2	3	23	127 (39)	772	33	167	1241
Beira Litoral	9	54	680	21	62 (56)	413	4	4	3	4	2	3	-	3	-	23	58 (39)	389	53	174	1482
Beira Interior	11	48	1854	7	22 (14)	1171	3	1	1	3	-	7	2	-	-	17	48 (28)	2817	35	118	5842
Ribatejo Oeste	22	93	1180	116	363 (207)	6695	28	23	29	21	29	35	42	17	16	241	653 (384)	9513	379	1109	17388
Alentejo	5	19	1364	25	74 (47)	5707	2	5	6	3	4	4	1	6	4	34	93 (54)	12963	64	186	20034
Algarve	-	-	-	17 (108P)	58 (12)	143	-	2	1	-	-	-	-	-	-	3	8 (6)	67	20	66	210
Totais	66	346	6354	206 (374) (**)	641 (374) (**)	14515	47	41	54	38	50	66	59	34	33	422	1209 (721) (**)	27516	694	2196	48385

(*) 16 SAG-IP (das quais 10 na Região do Algarve, constituídas ao abrigo do Decreto Lei n.º 513-J/79, tendo por objecto a captação e utilização de água em comum);

3 APA; 3 ACEA; 3 EFAR.

(**) Entre parêntesis o número de jovens agricultores.

II.

**A Agricultura de Grupo
na União Europeia**

A Agricultura de Grupo tem vindo a suscitar um particular interesse por parte das instâncias comunitárias, sendo reconhecida, no quadro da política agrícola comum, como um valioso instrumento de modernização e melhoria da eficácia das empresas.

De facto, e conforme é sublinhado no relatório final de um seminário europeu sobre o tema «Os Agrupamentos de Produção na Europa» realizado em Junho de 1993 com o apoio da Comissão, as virtualidades da Agricultura de Grupo podem ser sintetizadas na sua capacidade de **adaptação**:

- **às novas realidades do mercado** facilitando a venda em comum das produções e o aumento do poder negocial face aos compradores;
- **à concorrência**, para o que os agricultores necessitam de agrupar-se a fim de melhor se defenderem, diminuindo os custos de produção e outros encargos, produzindo mais barato;
- **à evolução tecnológica**, através do agrupamento de competências e conhecimentos e facilitando a introdução de novas técnicas;
- **à evolução económica**, permitindo a reestruturação e desenvolvimento, em particular nas zonas desfavorecidas;
- **à evolução social**, facilitando a melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores associados;
- **à nova regulamentação da PAC**, a qual para certos fins aconselha ou mesmo impõe o recurso a formas associativas;

- e mesmo à **evolução política**, permitindo aos agricultores dos países do Leste da Europa e dos territórios da antiga Alemanha Oriental adaptarem-se mais facilmente à economia de mercado e transformarem as suas cooperativas gigantescas e despersonalizadas em sociedades de agricultores livres e responsáveis.

É destacada ainda a capacidade de intervenção da Agricultura de Grupo na manutenção e continuidade das empresas, em particular no quadro sucessório, facilitando a transferência da responsabilidade da sua gestão de pais para filhos, ou constituindo uma alternativa à sua partilha física entre os herdeiros, tantas vezes inviabilizadora.

O agrupamento de explorações constitui um instrumento capaz de facilitar e tornar mais eficaz a aplicação de medidas legislativas e orientadoras da política agrícola, e em particular de suscitar entre os agricultores as sinergias que lhes permitam solucionar os seus problemas técnicos, económicos, sociais e mesmo jurídicos que isoladamente não estariam ao seu alcance.

Por toda a Europa é possível encontrar uma grande diversidade de agrupamentos compostos por agricultores, dependendo as soluções específicas encontradas do contexto económico, das estruturas fundiárias ou sociais, da filosofia jurídica, da tradição ou simplesmente da natureza dos instrumentos jurídicos postos à sua disposição.

Assim, no que respeita em particular ao suporte jurídico e institucional, os exemplos encontrados nos Estados membros podem ser classificados segundo três grupos:

- Um primeiro é composto por legislações contendo soluções da carácter essencialmente contratual, como é o caso da **Grã-Bretanha, Irlanda, Holanda** e, em certa medida, da **Dinamarca**.

Trata-se de um tipo de sociedade desprovida de personalidade jurídica, não baseada necessariamente num contrato escrito, regulando de uma forma bastante genérica as relações entre pessoas que exercem uma actividade em comum tendo por objectivo a obtenção de um lucro – é o que vulgarmente se designa por *partnership* (partenariado).

Nestes países as formas sociedade comercial ou cooperativa assumem uma expressão bastante mais modesta.

- Um segundo grupo é integrado por soluções privilegiando a forma de sociedade civil sem personalidade jurídica, por um lado, e as cooperativas de produção por outro, como é em geral o caso da **Itália** e da **Alemanha**, não existindo no entanto nestes países legislação sobre sociedades especificamente dedicadas à actividade agrícola.

Neste grupo pode ser ainda incluída a **Grécia**, onde é privilegiada a forma cooperativa e em grau mais modesto a sociedade civil, embora com particularidades específicas da agricultura grega.

- Finalmente, podemos distinguir um terceiro grupo que compreende formas societárias especialmente dedicadas ao exercício da actividade agrícola, ainda que mais ou menos satisfatoriamente adaptadas às necessidades dos agricultores e com um grau de implantação bastante diverso.

Integram-se neste grupo os seguintes países e respectivas modalidades mais destacadas:

Bélgica – Associação, SPRL (Sociedade Privada de Responsabilidade Limitada) e SAg (Sociedade Agrícola, com certas características das sociedades em comandita).

Espanha – Cooperativa de Produção, Sociedade Irregular e SAT (Sociedade Agrícola de Transformação) resultantes dos antigos agrupamentos sindicais de colonização, reunindo empresários ou trabalhadores agrícolas e tendo por objecto a produção-comercialização, com ou sem transformação, de produtos agrícolas.

Portugal – Cooperativa de Produção e SAG (Sociedade de Agricultura de Grupo), reunindo agricultores que trabalham em comum, tendo esta modalidade dado origem a um certo número de variantes reguladas por legislação especial visando determinados objectivos.

França – Sociedade Civil de direito comum, EARL (Exploração Agrícola de Responsabilidade Limitada) e GAEC (Agrupamento Agrícola de Exploração em Comum) reunindo exclusivamente agricultores e tendo por objecto a produção.

Adiante faremos referência mais pormenorizada às principais modalidades espanholas e francesas.

8. As modalidades de Agricultura de Grupo espanholas e francesas

Sendo, de entre aquelas atrás mencionadas, as que mais se aproximam das modalidades portuguesas de Agricultura de Grupo em termos jurídico-institucionais, e tendo também em consideração a proximidade geográfica e afinidades sociológicas, culturais e técnico-económicas entre as respectivas agriculturas, julgamos de interesse, no âmbito deste trabalho, uma referência mais pormenorizada às modalidades espanholas e francesas.

8.1. As modalidades espanholas

As modalidades espanholas de Agricultura de Grupo são a Sociedade Irregular, a Sociedade de Responsabilidade Limitada e a Sociedade Agrícola de Transformação (SAT):

a) Sociedade Irregular

Regulamentação

- A Sociedade Irregular rege-se pelo Código Civil.
- O capital social pode ser fixo ou variável e integrado por numerário e/ou bens em espécie.
- Os associados são pelo menos dois e a gestão é assegurada por um ou vários administradores designados pelos associados.

Organização das actividades da sociedade e dos associados

- A sociedade pode comercializar produtos da sua exploração ou de terceiros bem como dedicar-se ao agroturismo ou a qualquer outra actividade, agrícola ou não.
- A actividade dos associados, na sociedade ou fora dela, não está sujeita a quaisquer restrições, sendo livre a participação de não agricultores os quais dispõem dos mesmos direitos dos demais.

- A sociedade pode recorrer a assalariados sem qualquer limitação, e pode ser constituída apenas entre cônjuges.

Estrutura da exploração

- As terras e os meios de produção podem ser propriedade dos associados, de estranhos ou da própria sociedade, sendo no entanto pouco frequente a terra pertencer à sociedade.
- Os associados podem pôr as suas terras à disposição da sociedade nos termos previstos nos estatutos, sendo o arrendamento o mais habitual no caso de estranhos.

Relações entre a sociedade e os associados

- O ou os gerentes não têm necessariamente que ser associados e exercer a actividade de agricultor.
- O direito de voto pode ser igualitário ou proporcional à fracção do capital subscrito.
- Os lucros são repartidos proporcionalmente ao capital subscrito, em função do trabalho realizado ou igualitariamente.
- Os associados beneficiam do regime de segurança social dos empresários agrícolas, pagando individualmente as suas quotizações.
- Os associados agricultores conservam a sua qualidade de empresário agrícola, sendo directamente tributados como tal.

Ajudas comunitárias

- As ajudas comunitárias podem ser atribuídas à sociedade, em função do número de associados ou de explorações integradas, ou aos associados pessoalmente nas mesmas condições estabelecidas para os empresários individuais.

b) Sociedade de Responsabilidade Limitada

Regulamentação

- A Sociedade de Responsabilidade Limitada rege-se por uma Lei de 1990, podendo prosseguir qualquer fim, de carácter civil ou comercial.
- O capital social pode ser fixo ou variável e integrado por numerário e/ou bens em espécie, sendo igualmente permitidas «quotas de indústria» (um determi-

nado montante atribuído ao associado representativo do valor do trabalho com que vai participar).

- Os associados são no mínimo três, a gestão pode ser colegial ou não e a gerência exercida por um administrador designado pela assembleia geral.

Organização das actividades da sociedade e dos associados

- Todas as actividades são admitidas, de acordo com o objecto social definido nos estatutos.
- Os associados podem ser agricultores ou não, pessoas singulares ou colectivas, não sendo obrigatória a participação com qualquer actividade na sociedade.
- Não existe qualquer limitação no emprego de assalariados.

Estrutura da exploração

- As terras e os meios de produção podem ser propriedade dos associados, de terceiros ou da sociedade, podendo esta arrendá-las ou adquiri-las.

Relações entre a sociedade e os associados

- O direito de voto é proporcional à parte do capital subscrita por cada associado, tal como a participação nos lucros.
- O imposto sobre o rendimento é pago pela sociedade.

Ajudas comunitárias

- As ajudas comunitárias são atribuídas à sociedade, podendo ter em conta o número de associados ou de explorações integradas, nas mesmas condições em que são atribuídas aos empresários individuais.
- O regime de ajudas é idêntico ao aplicável às cooperativas desde que a sociedade tenha exclusivamente por objecto a actividade agrícola e as suas partes sociais ou acções sejam nominativas.

c) Sociedade Agrícola de Transformação (SAT)

Regulamentação

- A Sociedade Agrícola de Transformação rege-se por um Decreto Real de 1981.
- Trata-se de uma sociedade civil de finalidade económico-social tendo por objecto a produção, a transformação e a comercialização de produtos agrícola-

las, pecuários ou florestais, a melhoria do meio rural, o desenvolvimento agrário e a prestação de serviços comuns relacionados com o seu objecto.

- O capital social pode ser fixo ou variável e integrado por numerário e/ou bens em espécie.
- Os associados são pelo menos três e deverão ser titulares de explorações agrícolas, trabalhadores agrícolas ou pessoas jurídicas de fins agrícolas.
- A gestão pode ser colegial ou assegurada por um administrador designado pelo conselho directivo.
- A transmissão de partes sociais é livre embora não confira automaticamente a qualidade de associado, a qual depende da sua conformidade com as condições fixadas na legislação específica.

Organização das actividades da sociedade e dos associados

- A actividade das SAT é em princípio exclusivamente agrícola ou pecuária. Geralmente as SAT comercializam a sua própria produção, podendo no entanto comercializar produtos de terceiros ou prestar-lhes serviços. As actividades de âmbito agro-turístico são pouco frequentes.
- Os associados podem manter uma segunda exploração a título individual ou prosseguir uma actividade não agrícola, em paralelo e sem limitações, não sendo obrigatória a participação efectiva com trabalho na sociedade, podendo esta recorrer livremente a assalariados.

Estrutura da exploração

- As terras podem ser propriedade dos associados ou de estranhos. Os associados proprietários concedem geralmente às SAT o direito de exploração ou, sendo rendeiros, podem igualmente participar com terras, podendo ainda a SAT arrendar directamente.
- É geralmente a sociedade que adquire os meios de produção de que necessita.

Relações entre a sociedade e os associados

- É admitida a gestão colegial, podendo o gerente ser designado mesmo de entre os associados não agricultores.
- O direito de voto pode ser igualitário ou proporcional à parte do capital detido.

- Os associados agricultores mantêm o estatuto de empresário agrícola, sendo geralmente a sociedade que é tributada ou, menos frequentemente, os associados.
- A repartição dos lucros pode ser feita em função do capital subscrito ou do trabalho prestado por cada um, sendo excluída a repartição igualitária. Além dessa participação a remuneração dos associados pode compreender a retribuição pelo trabalho prestado bem como as rendas caso tenham arrendado as terras à sociedade.
- Os associados beneficiam do regime de segurança social agrícola na sua qualidade de agricultores, suportando as quotizações conjuntamente com a sociedade.

Ajudas comunitárias

- As ajudas são geralmente concedidas directamente à sociedade, por vezes em função do número de explorações integradas ou de associados. A situação dos associados agricultores é comparável à dos agricultores individuais.

8.2. As modalidades francesas

As modalidades francesas de Agricultura de Grupo são a Exploração Agrícola de Responsabilidade Limitada (EARL), a Sociedade Civil de Exploração Agrícola (SCEA), o Agrupamento Fundiário Agrícola (GFA) e o Agrupamento Agrícola para a Exploração em Comum (GAEC):

a) Exploração Agrícola de Responsabilidade Limitada (EARL)

Regulamentação

- A Exploração Agrícola de Responsabilidade Limitada rege-se por uma Lei de 11 de Julho de 1985 e pelas disposições do Código Civil relativas ao contrato de sociedade e às sociedades civis.
- O objecto social é obrigatoriamente agrícola e de carácter civil.
- O capital pode ser variável e integrado por numerário e/ou bens em espécie, sendo igualmente admitidas «quotas de indústria» as quais, no entanto, não participam na constituição do capital social.
- A EARL é constituída por um máximo de dez associados, dos quais pelo menos um agricultor.

- O ou os associados agricultores, os quais participam efectivamente na exploração societária, devem ser detentores de pelo menos 50% do capital, dispondo assim do controlo da sociedade.
- A gestão é assegurada por um ou vários gerentes designados de entre os associados agricultores, não podendo exercer estas funções aqueles que apenas participam com capital sem efectivamente intervirem na exploração em comum.
- O direito de voto pode ser proporcional ao número de partes sociais detidas por cada associado.

Organização das actividades da sociedade e dos associados

- A actividade da sociedade é obrigatoriamente agrícola, sendo como tal consideradas também as actividades agro-turísticas e a comercialização dos produtos da exploração, inscrevendo-se nesse âmbito a participação dos associados agricultores. Os associados que não participam na actividade social podem exercer qualquer outra profissão.
- São considerados associados agricultores aqueles que consagram a sua actividade à exploração societária, participando efectivamente e de forma permanente no trabalho em comum, de acordo com os usos da região e as exigências da exploração, não se limitando ao trabalho directivo ou de supervisão, residindo no próprio local ou próximo.
- A sociedade pode empregar assalariados.
- É pouco frequente a sociedade tornar-se proprietária das terras ou titular do seu arrendamento, mantendo geralmente os associados a sua qualidade de proprietário ou de rendeiro e cedendo à sociedade o direito de exploração. Todavia, no caso dos associados não agricultores, as suas terras devem ser arrendadas ou transferidas em propriedade.

Relações entre a sociedade e os associados

- Apenas os associados agricultores podem ser gerentes, podendo a gestão ser colegial ou confiada a um ou a vários de entre eles.
- Em princípio o direito de voto é proporcional ao capital detido.
- A participação nos lucros pode igualmente ser proporcional ao capital detido, ao trabalho prestado, ou mesmo igualmente, podendo ser utilizado um

critério misto. A remuneração paga aos associados pelo seu trabalho é considerada um encargo da sociedade, até ao máximo de três vezes o salário mínimo, ou quatro vezes no caso dos gerentes.

- O estatuto social do associado agricultor corresponde ao de empresário agrícola.
- O regime fiscal aplicável difere consoante a natureza da sociedade: se esta é constituída entre membros da mesma família o montante tributável é calculado para a sociedade e aplicado a cada um dos associados proporcionalmente à respectiva participação (regime de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares); se a sociedade não é considerada familiar será ela directamente tributada (regime de imposto sobre as sociedades).
- É de notar que ao integrar-se na sociedade o associado agricultor perde o estatuto de agricultor individual, a menos que mantenha uma exploração individual, passando a sociedade a assumir o estatuto de empresário. No âmbito da sociedade passa a existir uma única exploração e um único empresário, a própria sociedade.

Ajudas comunitárias

- Na EARL os associados perdem o estatuto de empresário agrícola, o qual é assumido pela sociedade; no entanto, relativamente às ajudas concedidas individualmente admite-se que cada associado seja tomado em consideração.

Por exemplo, um jovem agricultor que se instale em sociedade apenas beneficia das ajudas à instalação desde que se trate de uma EARL, ou de uma sociedade civil dotada de personalidade jurídica, em que pelo menos 70% do capital social seja detido por agricultores a título principal e o suporte fundiário da exploração não seja inferior a uma determinada superfície mínima multiplicada pelo número de associados agricultores.

Além disso, o jovem agricultor deve satisfazer certas condições, como seja uma participação no capital social não inferior a 10%, assumir a qualidade de agricultor a título principal, inscrever-se no regime de segurança social dos empresários agrícolas e submeter-se a todas as demais exigências impostas àqueles que se instalam numa exploração individual.

b) Sociedade Civil de Exploração Agrícola (SCEA)

Regulamentação

- A Sociedade Civil de Exploração Agrícola rege-se pelo artigo 1832 e seguintes do Código Civil e em particular pelos Decretos 78-704 e 78-705, de 3 de Julho de 1978, e 84-406, de 30 de Maio de 1984.
- O objecto social é de carácter civil e o montante do capital social livre.
- Os associados são no mínimo dois, pessoas singulares ou jurídicas, agricultores ou não.
- Existe total liberdade quanto à forma de organização e de gestão.

Organização das actividades da sociedade e dos associados

- A actividade social é de carácter civil e agrícola.
- Os associados não participam obrigatoriamente na exploração, podendo o (ou os) gerente ser um associado ou uma pessoa exterior à sociedade, agricultor ou não.
- Não existe qualquer restrição ao recurso a assalariados permanentes ou ocasionais.

Relações entre a sociedade e os associados

- A gestão é livre, devendo os gerentes ser indicados nos estatutos ou designados em conformidade com o que estes prevêm.
- A repartição dos resultados também é livre, devendo no entanto os estatutos prever a forma de partilha dos lucros e perdas entre os associados.
- Os associados que exerçam alguma actividade na sociedade deverão ser inscritos no regime de segurança social dos empresários agrícolas.
- A tributação é determinada ao nível da sociedade mas paga individualmente pelos associados, dependendo a taxa aplicável da parte dos lucros correspondente à respectiva participação na sociedade.
- É aplicável o regime de imposto sobre o rendimento das sociedades.

c) Agrupamento Fundiário Agrícola (GFA)

Regulamentação

- O Agrupamento Fundiário Agrícola rege-se por uma Lei de 31 de Dezembro de 1970 e pelos artigos 1832 e 1870-1 do Código Civil.
- O objecto social é obrigatoriamente de carácter civil, consistindo na criação ou manutenção de uma ou várias superfícies agrícolas, com vista a assegurar ou facilitar a gestão das explorações de que o GFA é proprietário.
- O capital pode ser variável, não existindo um mínimo ou máximo fixado, e é constituído por entradas em espécie, designadamente bens ou direitos imobiliários de natureza agrícola integrados em propriedade plena.
- Tratando-se de um GFA de âmbito não familiar a sua superfície não pode exceder 15 vezes a superfície mínima de instalação.
- Os associados são no mínimo dois, pessoas singulares ou certas categorias de pessoas jurídicas legalmente admitidas.
- O ou os gerentes são em princípio designados por associados que representam pelo menos metade das partes sociais.
- Quando o GFA cede as terras para exploração a terceiros o gerente pode não ser um dos associados; caso explore directamente as terras o gerente será o associado responsável pela exploração.

Organização das actividades da sociedade e dos associados

- O GFA pode ceder por arrendamento, a um dos associados ou a um estranho, as terras de que é proprietário, ou explorá-las directamente. Neste caso um ou alguns associados deverão ser designados nos estatutos como gerentes.
- Os associados são inteiramente livres de exercer as actividades que entenderem.
- Em princípio uma pessoa jurídica não pode ser associada, com excepção de certas categorias de sociedades como é designadamente o caso das SAFER (Sociedade de Ordenamento Fundiário e Estabelecimento Rural).
- O recurso a assalariados não é limitado por lei, podendo a sociedade ser constituída apenas entre marido e mulher.

Estrutura da exploração

- As regras aplicáveis não diferem das outras formas societárias. No entanto, no caso dos GFA as terras são em princípio integradas em propriedade ou por ele adquiridas, recorrendo para isso às entradas em numerário realizadas pelos associados.

Relações entre a sociedade e os associados

- O gerente não tem necessariamente que ser um dos associados, salvo se o GFA proceder ele próprio à exploração.
- O direito de voto é em princípio proporcional à parte do capital detido, podendo no entanto ser igualitário, a menos que os estatutos expressamente prevejam que se trata de um GFA arrendatário, não procedendo pois à exploração directa.
- Todas as modalidades de distribuição dos lucros são admitidas, não estando estipulada uma remuneração mínima pelo trabalho.
- Os associados inscrevem-se no regime de segurança social dos empresários agrícolas desde que o GFA explore directamente e os associados participem nessa exploração; é, no entanto, a sociedade que é qualificada como empresário.
- Em princípio o rendimento sujeito a tributação é calculado em nome da sociedade incidindo, contudo, a tributação sobre o património de cada um dos associados segundo o regime do imposto sobre o rendimento das sociedades.

d) Agrupamento Agrícola para a Exploração em Comum (GAEC)

Regulamentação

- O Agrupamento Agrícola para a Exploração em Comum rege-se pela Lei n.º 62-917, de 8 de Agosto de 1962, por dois Decretos de 3 de Dezembro de 1964 e pelos artigos 1832 e seguintes do Código Civil, tendo esta forma de exploração sido pela primeira vez referenciada na legislação francesa na Lei de Orientação Agrícola de 1960.
- O objecto destas sociedades é obrigatoriamente agrícola e de carácter civil.
- O capital social pode ser variável, não podendo tornar-se inferior a uma determinada importância, e é constituído por entradas em espécie, em bens e/ou em

«indústria» ainda que apenas os dois primeiros dêem lugar à atribuição de partes sociais e participem na constituição do capital.

- Os associados são no mínimo dois, não podendo neste caso ser cônjuges, e no máximo dez, obrigatoriamente pessoas singulares, maiores e agricultores.
- A gestão é colegial, sendo designados entre os associados um ou vários gerentes responsáveis pela execução das decisões e pela representação da sociedade face a terceiros.
- A constituição da sociedade tem lugar após uma acção de formação e informação específica dirigida aos futuros associados, a redacção dos estatutos, sua publicação e depósito no registo do tribunal de comércio e inscrição no registo comercial e das sociedades do que depende a aquisição da personalidade jurídica.
- Previamente àquelas formalidades os estatutos devem ser apresentados, no entanto, juntamente com outros documentos, a um Comité Departamental de Reconhecimento constituído por representantes das associações profissionais de agricultores e do Estado, o qual verifica se o projecto da sociedade está conforme com as disposições legais.
- Todas as alterações posteriores dos estatutos e das condições de funcionamento devem ser comunicadas ao Comité Departamental de Reconhecimento, o qual tem poderes para retirar o reconhecimento, podendo haver recurso desta decisão para o Comité Nacional de Reconhecimento.

Organização das actividades da sociedade e dos associados

- A sociedade deve prosseguir uma actividade exclusivamente agrícola, compreendendo a venda dos produtos da exploração e outras conexas com a exploração em comum. As actividades de carácter comercial não se enquadram no objecto legal destas sociedades.
- É no quadro descrito que se inscreve a actividade dos associados, os quais são todos eles obrigados a participar com trabalho efectivo na sociedade a tempo inteiro. Em certas circunstâncias bem determinadas os associados podem no entanto ser temporariamente dispensados pelos restantes de participarem no trabalho ou, no caso dos GAEC designados por parciais, manter uma explo-

ração a título individual integrando na sociedade apenas uma parte da exploração que detinham. É de notar que nos GAEC parciais esta situação é relativa a todos os sócios e não apenas a alguns, mantendo assim todos eles a sua própria exploração e sendo-lhes apenas vedado prosseguir individualmente qualquer das actividades realizadas em sociedade.

- O GAEC é uma sociedade de agricultores devendo todos os associados, salvo no caso das parciais, participar com o seu trabalho no agrupamento a tempo inteiro. Uma actividade não agrícola exercida no exterior é pouco frequente e carece de autorização dos demais sócios. A participação de associados não agricultores ou que, ainda que sendo, não participem no trabalho em comum não é permitida.
- O recurso a assalariados permanentes é pouco habitual e desaconselhado. Frequentemente a sua participação é estatutariamente limitada no máximo a um assalariado por cada sócio, ou mesmo vedada. Em todo o caso, o número de assalariados depende do tipo de culturas e da dimensão social da empresa.
- A maioria dos GAEC são de carácter familiar, mais frequentemente constituídos entre pai/filho(s) ou irmãos; no entanto, os agrupamentos constituídos por vizinhos ou resultantes de fusão de GAEC têm vindo a assumir uma importância crescente, bem como, com especial destaque nos últimos anos, o ingresso de jovens agricultores em agrupamentos já existentes tipo pai/filho em substituição daquele em virtude da sua retirada por motivo de reforma.

Estrutura da exploração

- O agrupamento raramente é proprietário das terras que integram a exploração ou titular do seu arrendamento. Geralmente os associados mantêm-se como proprietários ou titulares do direito de exploração, pondo as terras à disposição da sociedade. A propriedade das terras é mais frequente verificar-se no caso dos GFA, os quais podem ceder a sua exploração, mediante arrendamento, a uma sociedade ou individualmente a algum dos associados ou a um estranho.
- Os outros bens que o agrupamento utiliza ou explora (animais, máquinas, equipamentos, etc.) são mais frequentemente integrados pelos sócios em propriedade, podendo vir a ser posteriormente adquiridos por aquele.

Relações entre a sociedade e os associados

- Todos os associados devem intervir, numa base igualitária, nas decisões de gestão podendo designar, obrigatoriamente de entre eles, um ou vários gerentes.
- A regra um voto por sócio é geralmente adoptada, constituindo um dos requisitos de que o reconhecimento depende.
- A partilha dos resultados é também em princípio igualitária, podendo no entanto ser estabelecida também em função do capital detido ou do trabalho prestado, ou ser adoptado um critério misto. Em todo o caso, a partilha incide sobre os resultados líquidos, após efectuado o pagamento das rendas ou da remuneração das terras postas à disposição pelos associados e a remuneração dos associados pelo seu trabalho, compreendida esta entre uma e no máximo seis vezes o montante do SMIC (salário mínimo interprofissional), os quais constituem despesa da sociedade.
- Os associados são considerados para efeitos fiscais e sociais em pé de igualdade com os empresários individuais. O rendimento tributável é determinado ao nível da sociedade, mas é pago pelos associados em função da respectiva participação nos resultados. O regime de segurança social é o dos empresários agrícolas, dependendo pessoalmente do respectivo rendimento proveniente da actividade agrícola.

Ajudas comunitárias

- No quadro das ajudas à instalação e à modernização das explorações, as ajudas financeiras são em princípio atribuídas aos associados quando se trata de ajudas pessoais, e à sociedade directamente no caso das ajudas à exploração.
- No caso das ajudas à exploração elas são calculadas em função do número de associados ou de explorações integradas, até ao máximo de três vezes o *plafond* da ajuda individual fixado. A aplicação deste factor multiplicador é justificada pelo princípio da equivalência de tratamento entre um agricultor individual e um associado em GAEC e garantida pelo reconhecimento concedido e pelo controlo das condições do seu funcionamento a que os GAEC ficam sujeitos.
- No entanto, é de registar que, por insistência do Estado francês junto do Conselho de Ministros da União Europeia, admite-se que venha a ser alterado

- de três para quatro vezes, no máximo, o factor multiplicativo aplicável ao investimento no quadro dos PAM (Plano de Melhoria Material da Exploração).
- Aquele factor multiplicativo é identicamente aplicável no caso de outras ajudas ao rendimento ou ao investimento, como é o caso das quotas de produção, prémio às vacas aleitantes, ajudas especiais à pecuária e outras.

9. Referência especial ao caso francês

(Os elementos informativos que se seguem foram obtidos da revista *Agriculture de Groupe*, publicação editada por GAEC & SOCIÉTÉS – Associação Nacional das Sociedades e Agrupamentos Agrícolas para a Exploração em Comum, dos relatórios anuais da Assembleia-Geral da UGEA/ANSGAEC e do nosso conhecimento directo.)

9.1. Evolução e importância da Agricultura de Grupo em França

Embora não disponhamos de elementos muito actualizados – os números que apresentamos reportam-se ao período de 1991 a 1993 – eles ilustram a evolução e importância da Agricultura de Grupo em França, com especial destaque para os GAEC.

Assim, entre 1966, primeiro ano da sua implementação, e 1991 foram reconhecidos cerca de 60 000 GAEC, com uma média anual de 3 a 4 mil nos anos mais recentes, tendo-se entretanto verificado o desaparecimento ou transformação de 12 000.

No final de 1991 existiam em actividade 48 094 GAEC, dos quais apenas 320 parciais, integrando 116 417 associados e explorando uma área de 3 505 122 hectares, o que corresponde a uma média de 73 hectares por GAEC e 30 por associado, com 2,4 associados GAEC.

Uma das principais causas do desaparecimento de GAEC, verificado sobretudo a partir do final dos anos oitenta, resulta da cessação da actividade do sócio pai nos GAEC tipo pai/filho em virtude de atingir a idade para a reforma (44%

dos GAEC são constituídos apenas entre pai e filho), o que implica a sua retirada da sociedade. Desta circunstância resulta a necessidade de o sócio remanescente procurar outro agricultor interessado em se associar, a admissão de algum outro ainda que não vá participar com trabalho, acarretando isso a perda do reconhecimento como GAEC, ou em alternativa a sua transformação em EARL ou a própria dissolução do agrupamento.

De salientar que a dissolução ou transformação dos GAEC, correspondendo nos anos mais recentes a cerca de um terço daqueles que anualmente são reconhecidos, não põe em causa a importância e vitalidade desta modalidade, sendo que uma das suas virtualidades reconhecidas consiste precisamente em facilitar a transferência de pais para filhos, de forma gradual e sem sobressaltos, da responsabilidade pela direcção da empresa e o consequente rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, objectivo sem dúvida conseguido. Aliás, uma constatação que esta evolução tem evidenciado é que, uma vez assumida a vivência na exploração em comum, é com relutância que os jovens se dispõem a retomar individualmente a exploração.

É de registar que a área explorada em GAEC no final de 1991 representava cerca de 10% da superfície agrícola útil do país, representando os associados 20% dos agricultores a tempo inteiro.

Por seu turno, os GAEC representavam mais de metade das explorações organizadas sob forma societária, correspondendo estas a cerca de 10% da totalidade das explorações recenseadas, em número de 801 400.

De entre as formas societárias, para além dos 48.094 GAEC, verificava-se a existência de 20 000 EARL, 11 900 SCEA e 6900 agrupamentos de facto, para além de 2100 sociedades comerciais.

Um dado interessante a reter também consiste no facto de, ainda no ano de 1991, mais de metade das DJA (ajudas aos jovens agricultores) concedidas terem sido destinadas a jovens instalados em associação, sendo 35% em GAEC e 10% em EARL, constituídos de raiz ou tendo ingressado em sociedades já existentes.

Tendo em conta o número de associados por GAEC verifica-se que 56% destes eram constituídos por dois sócios apenas, 34% por três, 8% por quatro e 2% por cinco ou mais, perfazendo uma média de 2,4 sócios por GAEC.

Quanto aos laços familiares, o que constitui uma característica dos GAEC, 44% eram constituídos entre pai e filho (apenas os dois), 24% entre pai(s) e filho(s), 23% entre irmãos e apenas 9% entre outros parentes ou estranhos.

Finalmente, é de assinalar que 87% dos GAEC não recorriam a qualquer assalariado efectivo e 8,6% a um apenas.

9.2. A estrutura organizativa e envolvente dos GAEC. Processo de reconhecimento e intervenção do Estado

a) A UGEA – Union des Groupements d'Exploitation Agricole

Desde que principiaram a surgir e a expandir-se as iniciativas espontâneas de exploração da terra em comum foi ganhando também expressão entre os pioneiros a ideia da necessidade de criarem laços de entendimento, coordenarem esforços e iniciativas a fim de melhor preservarem a sua filosofia e princípios, dinamizar e fortalecer o movimento e fazer face às dificuldades e suspeições que, como tudo o que é inovador e mal conhecido, tantas vezes origina.

Em resultado dessa movimentação veio a constituir-se, em 1961, a UGEA (União dos Agrupamentos de Exploração Agrícola), apoiada e impulsionada pela FNSEA (Federação Nacional dos Sindicatos de Empresários Agrícolas), a mais importante organização de carácter sindical dos agricultores franceses, à qual a UGEA se mantém estreitamente ligada.

A UGEA é uma organização administrada pelos representantes dos agricultores associados em GAEC e das organizações profissionais de agricultores (OPA), tendo por finalidade o estudo, divulgação, dinamização e apoio às diversas modalidades de Agricultura de Grupo, em especial os GAEC, e a promoção da organização dos associados em Associações e Federações de GAEC, designadamente através das denominadas Comissões «Agriculture de Groupe».

Em estreita colaboração com as organizações profissionais e de carácter técnico e com a Administração Pública, a UGEA visa promover o fortalecimento e expansão da Agricultura de Grupo, para o que:

- assegura a formação dos membros que integram os Comités d'Agrément (Reconhecimento) e dos técnicos que, ao serviço das organizações profissionais de agricultores, intervêm no apoio, formação e aconselhamento (técnico, administrativo, jurídico, de gestão) dos associados em GAEC, através da realização de estágios, seminários, colóquios, encontros, etc.;
- participa nas reuniões do Comité Nacional d'Agrément e nas reuniões comuns administração/profissão e pronuncia-se sobre as disposições jurídicas, fiscais e outras, de âmbito nacional ou comunitário, tendo em vista a especificidade dos GAEC e a preservação da mesma;
- edita publicações, guias, manuais e outros documentos informativos e formativos, destinados aos associados, professores, estudantes e técnicos, designadamente a revista *Agriculture de Groupe*;
- estabelece as ligações necessárias entre os agricultores associados e as suas organizações de âmbito nacional, europeu e mundial.

A UGEA, com sede em Paris, é gerida por um Conselho de Administração composto por representantes eleitos e designados pelas OPA, mantém delegações regionais e dispõe de pessoal contratado, especialistas em diversos domínios e administrativo, o qual assegura as acções atrás enumeradas.

O Conselho Administrativo da UGEA é composto por 42 elementos, sendo:

- 16 administradores regionais, um por cada região, eleitos nas Assembleias Gerais electivas da UGEA pelos representantes das Comissões Agriculture de Groupe; os administradores regionais, todos eles associados em GAEC, são apoiados nas suas funções por uma equipa constituída pelos responsáveis das Comissões Agriculture de Groupe dos departamentos da respectiva região,
- 6 pessoas especialmente qualificadas pela sua experiência, formação ou capacidade,
- 10 representantes das organizações profissionais de agricultores,
- 10 representantes permanentes de outros sectores.

O financiamento da UGEA é assegurado através da venda de documentos, guias, manuais e designadamente da revista *Agriculture de Groupe*, pelas re-

ceitas provenientes dos estágios de formação ministrados, prestação de serviços e estudos, pela ANDA (Associação Nacional para o Desenvolvimento Agrário) e ainda, num montante sensivelmente igual, pelo Ministério da Agricultura.

A nível regional e departamental, a UGEA e as Comissões Agriculture de Groupe dispõem ainda do apoio logístico, técnico e administrativo das organizações profissionais de agricultores, com as quais funcionam em estreita ligação.

É de assinalar que mais recentemente, por decisão tomada em Assembleia-Geral extraordinária realizada aquando do Congresso de 1990 da UGEA, foi deliberado alterar a sua designação para ANSGAEC, o que significa Associação Nacional das Sociedades e Agrupamentos Agrícolas de Exploração em Comum.

O motivo dessa alteração foi o de, de uma forma mais explícita do que a decorrente da designação UGEA, passar a representar para além dos GAEC as demais formas societárias de exploração, designadamente as EARL, SCEA e GF, conforme de resto vinha já fazendo, tendo em consideração a crescente importância e expansão destas modalidades, em especial as EARL, e suas afinidades com os GAEC.

b) As Comissões «Agriculture de Groupe»

As Comissões Agriculture de Groupe, de âmbito departamental, são constituídas por agricultores eleitos e designados a título individual pelas estruturas sindicais FDSEA (Federação Departamental dos Sindicatos de Empresários Agrícolas) e CDJA (Centro Departamental dos Jovens Agricultores), em número de dois por *arrondissement* (circunscrição administrativa de nível inferior ao departamento), e por representantes das OPA: Caixa Regional de Crédito Agrícola, ADASEA (Associação Departamental de Ordenamento das Estruturas das Explorações Agrícolas), FDCUMA (Federação Departamental das Cooperativas de Utilização de Material Agrícola) e Centro de Gestão.

Cada Comissão é dirigida por um presidente, vice-presidente e secretário, os quais são associados em GAEC.

A Comissão Agriculture de Groupe tem por objectivo a representação e defesa dos interesses dos GAEC junto dos poderes públicos e a sua dinamização. Organiza debates e reuniões para discussão das questões e matérias do seu interesse, promove projectos de animação, realiza inquéritos e recolhas de elementos estatísticos e apoia iniciativas.

A Comissão não intervém directamente no aconselhamento técnico e de gestão, contabilístico, jurídico ou outro, o qual é assegurado pelas organizações vocacionadas para esse fim, designadamente os Centros de Gestão, ADASEA e, em especial, as Câmaras de Agricultura, o que permite à Comissão funcionar numa base de voluntariado dos seus membros, sem necessidade de receitas e de sede própria, embora, naturalmente, com o apoio logístico e administrativo das OPA.

Relativamente à intervenção das organizações referidas é de destacar o interesse e atenção privilegiada que as mesmas dedicam aos GAEC e ao estudo aprofundado de todas as matérias mesmo as do seu mais específico interesse. Sendo certo que essa disposição tem a ver com o elevado número de GAEC existentes na respectiva área de actuação e com a importância económica e social dos mesmos, também tem a ver com uma particularidade muito interessante e confirmada pelas estatísticas que é a de uma fracção considerável dos dirigentes das OPA ser constituída por associados em GAEC, os quais frequentemente exercem responsabilidades no exterior da respectiva exploração como dirigentes das organizações de agricultores da região e mesmo da carácter cultural, recreativo, social, etc.

É afinal aquilo que leva a considerar a Agricultura de Grupo uma «escola» de formação de dinamizadores e líderes do mundo rural e não apenas do sector agrícola e confirma o papel que a Agricultura de Grupo pode desempenhar como instrumento e interveniente no processo de desenvolvimento e modernização.

Uma outra competência importante das Comissões Agriculture de Groupe consiste na participação, designando os seus representantes, nos Comités Departamentais d'Agrément.

c) Os Comités d'Agrément (Comités de Reconhecimento)

A constituição dos GAEC depende, conforme referimos, de um processo de reconhecimento no qual intervêm, a nível departamental e nacional, representantes da Administração (Ministério da Agricultura, Notariado, etc.) e da Profissão.

Às Comissões Agriculture de Groupe compete designar os delegados que em representação da profissão integram os Comités (Departamentais) d'Agrément, competindo ao Conselho de Administração da UGEA a designação dos delegados ao Comité Nacional d'Agrément, que funciona como instância de recurso.

Nos Comités d'Agrément intervêm igualmente, embora a título consultivo, o técnico da Câmara de Agricultura encarregado de aconselhar e acompanhar a constituição dos GAEC.

Os Comités d'Agrément reúnem periodicamente a fim de apreciar e decidir sobre os processos de constituição dos GAEC, certificando-se de que os mesmos estão conformes e são coerentes com os processos de instalação de jovem agricultor e/ou com os PAM (Plano de Melhoria Material) que normalmente os acompanham.

Relativamente aos estatutos, embora o modelo-tipo existente não seja de utilização obrigatória, é no entanto habitualmente tomado em consideração já que, para além de facilitar a sua elaboração, constitui também uma garantia que os estatutos estão de facto conformes com as disposições legais. Mais complexa mas não menos importante é a elaboração do regulamento interno, já que o seu conteúdo depende e tem a ver com circunstâncias muito específicas e diversas, com o tipo de GAEC e com as ideias dos associados.

Em caso de desacordo ou recurso, a decisão final é tomada pelo Comité Nacional de Agrément que reexamina toda a documentação e decide em definitivo.

d) A Intervenção do Estado

A intervenção do Estado, designadamente do Ministério da Agricultura, pelo menos ao nível do departamento, é pouco visível.

Tudo o que respeita ao sector agrícola parece com efeito funcionar autonomamente das estruturas da Administração Pública, sob a orientação, enquadra-

mento e apoio das organizações próprias dos agricultores atrás referidas e em particular das Câmaras de Agricultura.

No que se refere expressamente à Agricultura de Grupo, a única intervenção directa do Estado processa-se no âmbito dos Comités, Departamental e Nacional, d'Agrément.

Isso não invalida o interesse e disponibilidade com que o Estado acompanha a acção dos GAEC e suas estruturas organizativas, sendo disso sintomático a participação habitual de um representante do Ministro da Agricultura e, por vezes, do próprio Ministro, nos Congressos da UGEA/ANSGAEC.

9.3. «O 100 000º Associado em GAEC»

Como curiosidade mas também ilustrativo do percurso dos jovens agricultores franceses, os quais em percentagem crescente se instalam associados em GAEC, vamos transcrever da revista *Agriculture de Groupe*, de Junho de 1989, um pouco da biografia e opiniões de Christophe Auguin, a quem o acaso possibilitou vir a tornar-se o 100 000º associado em GAEC:

«Aos 15 anos, tendo trabalhado durante as férias escolares de Verão num GAEC (La Gîte des Mutants, no Departamento da Vendeia)(*) de que os seus familiares – pai, irmão e cunhado – são sócios, tomou a decisão de se tornar também agricultor. Nesse sentido ficou previsto que a sua integração como sócio no GAEC se processaria aquando da retirada do pai por motivo da reforma.

Assim, orientou o seu plano de estudos com vista à futura instalação através de um BTA (Certificado de Técnico Agrícola) geral, do qual não chegou no entanto a obter o diploma. Então, a fim de obter a capacidade profissional bastante, frequentou, em 1986, um estágio de 6 meses de criador de porcos/vaqueiro. Após alguns estágios de curta duração em explorações, ingressou no GAEC como ajuda familiar. Isso permitiu-lhe ficar a conhecer melhor a exploração e a maneira de trabalhar do irmão e cunhado, os seus dois futuros associados. “Quando se frequenta a escola não é possível participar com regularidade nos trabalhos da exploração e estar ao corrente de tudo.” A pouco e pouco ele foi substituindo o pai nas suas tarefas, ocupando-se principalmente das vitelas até ao desmame e da utili-

zação e manutenção das máquinas até se encontrar em condições de tornar-se associado.

Caso não existisse o GAEC provavelmente não teria tido possibilidade de se instalar. Foi ao longo do estágio de quarenta horas de preparação para a instalação que verdadeiramente se deu conta da dificuldade que isso representa.

“Calcular o montante dos investimentos necessários... é um quebra-cabeças. Sem contar com determinação das quotas leiteiras...”

A sua instalação foi no entanto facilitada pois iria adquirir o capital social do pai, 570 000 francos, e a quota leiteira atribuída ao GAEC (800 000 litros) era suficiente.

Na realidade ele nunca havia admitido a hipótese de se instalar individualmente. Para ele, trabalhar em grupo era natural. Quando o pai e o cunhado criaram o GAEC ele tinha 12 anos. Sozinho numa exploração ser-lhe-ia difícil organizar a sua vida e progredir. E, além disso, a Agricultura de Grupo é o futuro; perante as dificuldades é natural as pessoas associarem-se. Alguns dizem: “Misturar as bolsas, não me agrada.” Ele não pensa assim. Evidentemente, é necessário os associados entenderem-se bem e eles não estão interessados em separarem-se. Daí por dois anos, o GAEC passará mesmo a contar com um novo associado pois o irmão mais novo, nesse momento ajuda familiar no GAEC, pretende tomar a exploração de um vizinho que vai reformar-se e associar-se-lhes no GAEC integrando essa exploração. Assim, dos quatro irmãos, três serão sócios no GAEC.

Segundo ele, ser agricultor constitui um grande desafio: as condições meteorológicas imprevisíveis, as estações inconstantes, os mercados irregulares, a competitividade cada vez mais difícil... Mas é também muito de liberdade. A liberdade que traz a esperança.»

(*) NOTA: O GAEC «La Gîte des Mutants» foi criado em 1978 e é actualmente integrado por três sócios, os dois irmãos e o cunhado, participando também o irmão mais novo como ajuda familiar e futuro associado. Possui uma área de 128 ha, arrendada, sendo as principais produções o milho (60 ha), trigo (30 ha), prados permanentes (15 ha) e temporários (14 ha); produz ainda trevo e *ray grass*, respectivamente 5 e 4 ha, sob contrato; produz mais 40 ha de *ray grass* como cultura intercalar, antes do milho, a qual é colhida na Primavera para ensilar. Como efectivo pecuário possui 125 vacas leiteiras e 60 crias.

ANEXO

Legislação sobre Agricultura de Grupo

O regime jurídico da Agricultura de Grupo em Portugal foi até agora regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 49.184, de 11 de Agosto de 1969
(*Diário do Governo I Série, n.º 187, de 11-8-1969*)
- Decreto-Lei n.º 513-J/79, de 26 de Dezembro de 1979
(*Diário da República I Série, n.º 296, de 26-12-1979*)
- Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro de 1989
(*Diário da República I Série, n.º 229, de 4-10-1989*)
- Decreto-Lei n.º 339/90, de 30 de Outubro de 1990
(*Diário da República I Série, n.º 251, de 30-10-1990*)
- Decreto-Lei n.º 382/93, de 18 de Novembro de 1993
(*Diário da República I Série, n.º 270, de 18-11-1993*)

Completando a informação sobre a Agricultura de Grupo, apresentamos seguidamente os três últimos diplomas mencionados, presentemente em vigor.

Decreto-Lei n.º 336/89

de 4 de Outubro

O regime jurídico pelo qual se regem as sociedades de agricultura de grupo foi estabelecido em Portugal há perto de 20 anos, primeiro com base no Decreto-Lei n.º 49 184, de 11 de Agosto de 1969, e posteriormente alterado através do Decreto-Lei n.º 513-J/79, de 26 de Dezembro.

As sociedades de agricultura de grupo dependem, assim, de legislação especial, a qual define a natureza e características específicas desta forma associativa, os princípios essenciais por que se rege o seu funcionamento e de que depende o seu reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e, bem assim, os apoios e incentivos que expressamente lhes são consignados, visando promover a sua constituição e facilitar a prossecução dos seus objectivos.

Objectivos que, convém sublinhar, não são apenas os do interesse directo das próprias sociedades e dos agricultores associados, mas, para além disso, do interesse do Estado e da política nacional, reconhecidas que são as sociedades de agricultura de grupo como um importante instrumento de desenvolvimento, modernização e eficácia das explorações agrícolas.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 513-J/79, de 26 de Dezembro, tem propiciado uma experiência muito rica e valiosa, sendo de considerar animadores os resultados e progressos já alcançados, quer atendendo ao número de sociedades que se têm constituído, quer pelo dinamismo e virtualidades técnico-económicas e sociais que contém. Neste particular, as sociedades de agricultura de grupo desempenham um papel de relevo no esforço de renovação da agricultura nacional que a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a tomada de consciência para o desafio que isso implica veio desencadear.

Em todo o caso, para além de alguns ajustamentos e melhorias que a experiência colhida vinha aconselhando, torna-se também patente, nove anos decorridos sobre a sua entrada em vigor, uma certa desactualização do Decreto-Lei n.º 513-J/79, de 26 de Dezembro, face a diversa legislação entretanto publicada e que, directa ou indirectamente, vem originando implicações para as sociedades de agricultura de grupo, as quais se torna necessário acolher.

É esse o caso, nomeadamente, do Decreto-Lei n.º 79-A/87, de 18 de Fevereiro, dos Códigos das Sociedades Comerciais e do Registo Comercial e da legislação sobre segurança social.

Dal, pois, a conveniência e oportunidade de se proceder à revisão do Decreto-Lei n.º 513-J/79, atrás mencionado.

De entre as alterações introduzidas no presente diploma é, em especial, de destacar o entendimento de que os sócios deverão, todos eles, ser agricultores a título principal ou exclusivo, exercendo a sua actividade nessas condições na sociedade, passando essa a constituir uma das características essenciais das sociedades de agricultura de grupo, afora da sua natureza especial.

No presente diploma mantém-se o entendimento de que as sociedades de agricultura de grupo constituem essencialmente uma modalidade de associativismo agrícola de produção. No entanto, o âmbito do conceito é alargado por forma a compreender ainda a transformação e ou comercialização de produtos provenientes

das explorações a elas associadas, bem como iniciativas de entreajuda visando uma utilização mais racional do material agrícola e serviços de interesse comum.

Neste sentido procedeu-se a uma explicitação mais rigorosa das suas modalidades já previstas no referido Decreto-Lei n.º 513-J/79:

- a) Integração completa, ou seja, aquela cujo projecto visa a criação de uma nova empresa através da fusão de explorações já existentes ou de partes delas ou evitar que venha a ocorrer a sua partilha por acto de alienação *inter vivos* ou *mortis causa*;
- b) Integração parcial, ou seja, aquela cujo projecto visa a criação de uma unidade económica para a prestação de serviços exclusivamente destinados às explorações associadas, enquadrando actividades e ou operações de produção, transformação e comercialização.

Uma medida inovadora, que a experiência vinha aconselhando, consiste ainda no alargamento do conceito genérico de agricultura do grupo, o qual passa a compreender, para além das sociedades de agricultura de grupo, como formas associativas congêneres, o agrupamento de produção agrícola (APA) e o agrupamento complementar da exploração agrícola (ACEA), sem prejuízo de, em legislação posterior, virem a ser previstas e reguladas outras modalidades.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Sociedade de agricultura de grupo

1 — As sociedades de agricultura de grupo, adiante designadas abreviadamente por SAG, são sociedades civis sob a forma de sociedade por quotas tendo por objecto a exploração agrícola ou agro-pecuária realizada por um número limitado de agricultores, os quais põem em comum a terra, os meios financeiros e ou outros factores de produção e asseguram conjuntamente a gestão da empresa e as suas necessidades em trabalhos, em condições semelhantes às que se verificam nas explorações de carácter familiar.

2 — A realização em comum de actividades agrícolas ou pecuárias não conexas com a exploração da terra ou em que esta tenha um carácter manifestamente acessório só é admitida desde que sejam economicamente complementares do conjunto da exploração ou das explorações associadas e contribuam de forma relevante para o seu equilíbrio.

3 — Podem também ser reconhecidas como SAG as sociedades que sejam constituídas para fazer face a actividades acessórias ou complementares da actividade agrícola ou agro-pecuária, designadamente a utilização em comum de instalações, máquinas ou equipamentos, desde que contribuam para o equilíbrio das explorações associadas para esse fim e utilizem em exclusivo produtos das explorações dos sócios ou prestem serviços dirigidos exclusivamente às suas explorações.

Artigo 2.º

Objectivos

As SAG visam essencialmente promover e facilitar o emparcelamento de explorações e ou evitar a sua divisão, a constituição de empresas agrícolas física e economicamente bem dimensionadas, o aperfeiçoamento técnico e uma maior eficácia das condições de produção e organização do trabalho, por forma a proporcionar aos sócios a melhoria da sua situação económica, social e profissional.

Artigo 3.º

Requisitos essenciais de constituição e funcionamento

1 — São requisitos essenciais de constituição e funcionamento das SAG:

- Os sócios serem pessoas singulares, maiores, agricultores a título principal e dotados de capacidade profissional bastante;
- O número de sócios não pode ser superior a dez;
- Os sócios exercerem a sua actividade a título principal na sociedade;
- O volume total de trabalho assegurado pelos sócios deve ser equivalente pelo menos a 1,5 UHT (unidade homem/trabalho);
- Nenhum sócio pode ser detentor de menos de 10% do capital social;
- Cada sócio dispõe de um único voto, independentemente do montante e composição da respectiva quota.

2 — Na modalidade de integração parcial prevista no n.º 3 do artigo 1.º podem existir as seguintes particularidades em relação aos requisitos enunciados no número anterior:

- Os sócios podem também ser SAG;
- A qualidade de agricultor a título principal dos sócios pode verificar-se em relação à sociedade em si ou e às explorações que lhe estão associadas;
- O número de sócios poderá ir até 20, cabendo a cada um pelo menos 5% do capital social;
- Não é necessário verificar-se o volume mínimo de trabalho previsto na alínea d) do número anterior;
- A sede poderá localizar-se na área de qualquer das explorações associadas.

3 — Os estatutos das SAG devem mencionar, de forma explícita, os requisitos definidos nos números anteriores.

4 — As referências aos conceitos de agricultor a título principal, capacidade profissional bastante e unidade homem/trabalho (UHT) devem entender-se no sentido definido pelo Decreto-lei n.º 79-A/87, de 18 de Fevereiro.

Artigo 4.º

Denominação social

1 — As sociedades reconhecidas como SAG poderão fazer incluir na sua denominação social a expressão

«sociedade de agricultura de grupo», bem como utilizar tal referência como mero aditamento à sua denominação, sem necessidade de qualquer registo ou auto-ização.

2 — É vedado às sociedades não reconhecidas como SAG, ou que deixem de o ser, incluir na sua denominação social a expressão «sociedade de agricultura de grupo», bem como utilizar tal referência como aditamento à sua denominação.

3 — As SAG que deixem de ser reconhecidas como tal dispõem de um prazo de 120 dias contado desde a data em que ocorra esse evento para retirar da sua denominação, caso dela faça parte, a expressão referida nos números anteriores.

Artigo 5.º

Processo de reconhecimento

1 — As sociedades que desejem assumir a qualidade de SAG devem sujeitar-se ao processo de reconhecimento fixado neste artigo.

2 — Para efeito do disposto no número anterior, as sociedades interessadas requererão o seu reconhecimento ao director-geral de Planeamento e Agricultura, através de requerimento entregue na direcção regional de agricultura da área onde se localize a sua sede, o qual deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- Certidão ou fotocópia do seu pacto social;
- Plano de exploração ou melhoria que permita identificar os objectivos enunciados no artigo 2.º;
- Comprovativo da qualidade de agricultor a título principal e da respectiva capacidade profissional dos sócios que a detenham, a qual será verificada nos termos previstos pela legislação indicada no n.º 4 do artigo 3.º

3 — A instrução do processo compete à direcção regional de agricultura e a decisão final ao director-geral de Planeamento e Agricultura, de cujo acto cabe recurso hierárquico necessário, a interpor no prazo de 30 dias para o Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

4 — No caso de uma sociedade que tenha pedido o seu reconhecimento como SAG antes de estar efectuado o registo do seu contrato de sociedade ou de qualquer alteração entretanto realizada para o fim de o adequar ao regime legal consagrado neste diploma, a decisão do director-geral de Planeamento e Agricultura, com base na qual será passado alvará de reconhecimento, caducará se, no prazo de três meses, não for feito o registo comercial do contrato de sociedade ou da alteração em causa.

5 — No caso previsto no número anterior, o prazo legal para efectuar o registo do contrato de sociedades ou da sua alteração é prorrogado até ao termo do prazo de três meses aí estipulado.

6 — No momento da entrega do requerimento referido no n.º 2 podem as sociedades interessadas fazer em simultâneo, mas através de requerimento autónomo, o pedido para serem reconhecidas como agrupamento de produtores, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 79-A/87, de 18 de Fevereiro.

Artigo 6.º

Publicações

1 — A publicação do título constitutivo das SAG, após o seu reconhecimento, poderá ser reduzida a um extracto do mesmo, autenticado por notário, o qual deverá mencionar a sua denominação, sede, objecto, duração, capital social, nomes dos sócios, indicação do notário e data em que se lavrou a escritura e, bem assim, a data do despacho de reconhecimento, identicamente se procedendo quando, por via de uma alteração dos estatutos, se modificarem os elementos do pacto social atrás mencionados.

2 — A publicação no *Diário da República* dos actos referidos no número anterior é gratuita.

3 — O Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação fará publicar no *Diário da República*, anualmente, uma listagem das SAG, dos APA e dos ACEA reconhecidos como tal em cada ano civil, bem como daqueles que, no mesmo período, deixarem de o ser.

Artigo 7.º

Apoio técnico

As SAG beneficiam, por intermédio dos serviços competentes do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, de assistência técnica preferencial.

Artigo 8.º

Regalias e isenções

As SAG beneficiam das regalias e isenções já definidas pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 513-I/79, de 26 de Setembro.

Artigo 9.º

Segurança social

Os sócios das SAG, sejam ou não gerentes, que possuam a qualidade de agricultores a título principal estão abrangidos pelo regime de segurança social dos trabalhadores independentes que exercem actividades agrícolas.

Artigo 10.º

Fiscalização

1 — Os serviços do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação têm a seu cargo a fiscalização da verificação e manutenção dos requisitos que as SAG devem preencher para, como tal, poderem ser reconhecidas.

2 — As SAG ficam obrigadas a facultar aos serviços do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação que efectuem a fiscalização todos os elementos de que estes careçam para apurar a existência dos referidos requisitos.

3 — As SAG ficam obrigadas a participar à direcção regional de agricultura da área onde se localize a sua sede todas as alterações operadas nos seus estatutos e na titularidade das quotas, devendo fazê-lo no prazo de três meses a contar da data em que ocorrer esse evento.

4 — Verificada numa SAG alguma desconformidade em relação às obrigações previstas neste diploma, será

comunicada à interessada, através de carta registada com aviso de recepção enviada para a sua sede, a situação detectada, com a expressa advertência de que a sua manutenção pode ser motivo de retirada do reconhecimento da sua qualidade de SAG e conferindo-lhe um prazo de 30 dias a contar da data de recepção da carta para contestar e oferecer todas as provas.

5 — A decisão sobre a retirada do reconhecimento da qualidade de SAG compete ao director-geral de Planeamento e Agricultura, de cujo acto cabe recurso hierárquico necessário, a interpor no prazo de 30 dias a contar da data da notificação daquele para o Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

6 — A decisão final do director-geral de Planeamento e Agricultura ou, caso tenha havido recurso, do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação é publicada no *Diário da República*.

7 — Na Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura existirá um cadastro sobre a relação de todas as SAG reconhecidas, com a especificação da denominação, sede, sócios e estatutos respectivos, a cuja informação terão acesso todos o que nisso tenham interesse.

Artigo 11.º

Sanções

1 — A retirada do reconhecimento da qualidade de SAG por motivo de desrespeito das obrigações previstas neste diploma implica para a sociedade a obrigação de restituir as importâncias recebidas e ou de pagar as que não lhe foram exigidas em função deste estatuto, acrescidas de juros de mora calculados à taxa legal a contar da data em que foram praticados os actos que justificaram aquela decisão.

2 — As sociedades infractoras serão notificadas pelos organismos pagadores das ajudas ou lesados na obtenção de receitas para, no prazo de 30 dias, restituírem e ou pagarem as importâncias referidas no número anterior.

3 — As certidões de dívida emitidas pelos organismos pagadores das ajudas ou lesados na obtenção de receitas, que deverão discriminar a natureza de cada uma das parcelas que a compoñham, constituem título executivo.

4 — As certidões referidas no número anterior devem indicar a entidade que as tiver extraído, com a assinatura devidamente autenticada, a data em que foi passada, o domicílio do devedor, a proveniência da dívida, a indicação da dívida, a indicação por extenso do seu montante e da data a partir da qual são devidos juros de mora e a importância sobre que incidem.

5 — A violação do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º constitui contra-ordenação punível com coimas de 5000\$ a 500 000\$, cabendo à Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura a instrução dos respectivos processos e ao director-geral de Planeamento e Agricultura a aplicação das coimas.

6 — A negligência é punível.

Artigo 12.º

Agrupamentos de produção agrícola

1 — Os agrupamentos de produção agrícola, adiante designados abreviadamente por APA, são sociedades civis sob a forma de sociedade por quotas tendo por

objecto a exploração agrícola ou agro-pecuária em comum, constituindo-se nos termos previstos para as SAG, a cujo regime ficam submetidos, com excepção do seguinte:

- a) A qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante só é exigível para os gerentes, obrigatoriamente pessoas singulares, e sócios, os quais deverão ser detentores de pelo menos 20% do capital social;
- b) Não se aplica aos APA o disposto no artigo 8.º, sem prejuízo de, em diploma ulterior, vir a ser definido o elenco dos benefícios a que tenham direito;
- c) Não se aplica aos APA a modalidade de integração parcial prevista no n.º 3 do artigo 2.º

2 — Para efeitos do disposto no artigo 4.º a expressão protegida é a de «agrupamento de produção agrícola».

3 — Existirá para os APA um cadastro análogo ao que no n.º 7 do artigo 10.º se cria para as SAG.

Artigo 13.º

Agrupamentos complementares da exploração agrícola

1 — Os agrupamentos complementares da exploração agrícola, adiante designados abreviadamente por ACEA, são sociedades civis sob a forma de sociedade por quotas tendo por objecto o exercício de actividades acessórias ou complementares da exploração agrícola ou agro-pecuária, designadamente a utilização em comum de instalações, máquinas ou equipamentos, desde que contribuam para o equilíbrio das explorações associadas para esse fim e utilizem em exclusivo produtos das explorações dos sócios ou prestem serviços exclusivamente destinados às suas explorações.

2 — Os ACEA ficam submetidos ao regime estabelecido neste diploma para as SAG, com as excepções indicadas nas alíneas a) e b) do artigo anterior e as particularidades previstas no n.º 2 do artigo 3.º

3 — Os ACEA também podem ter como sócios outros ACEA.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 4.º a expressão protegida é «agrupamento complementar da exploração agrícola».

5 — Existirá para os ACEA um cadastro análogo ao que no n.º 7 do artigo 10.º se cria para as SAG.

Artigo 14.º

Regime especial das SAG

Transitoriamente, enquanto vigorar a excepção prevista na parte final do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 79-A/87, de 18 de Fevereiro, e sem prejuízo de a gerência dever ser exercida por sócios agricultores a título principal e dotados de capacidade profissional bastante, é admitida a constituição de SAG em que, no máximo, um terço dos sócios não preencham esses requisitos, desde que, pela sua experiência e conhecimentos técnicos, contribuam validamente para os fins sociais e participem também com o seu trabalho para a sociedade a tempo inteiro ou parcial.

Artigo 15.º

Regiões autónomas

O regime do presente decreto-lei aplica-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio.

Artigo 16.º

Disposições finais

1 — As sociedades constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49 184, de 11 de Agosto de 1969, e do Decreto-Lei n.º 513-J/79, de 26 de Dezembro, continuam a regular-se pelos regimes instituídos nesses diplomas, sem prejuízo de poderem optar pelo regime disposto no presente diploma.

2 — Em qualquer dos casos referidos no número anterior aplicar-se-á o regime previsto nos artigos 4.º, 9.º, 10.º e 11.º do presente diploma.

Artigo 17.º

Disposição revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 445/83, de 26 de Dezembro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Julho de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Vasco Joaquim Rocha Vieira* — *Lino Dias Miguel* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Joaquim Fernando Nogueira* — *José Albino da Silva Peneda* — *Álvaro Roque de Pinho Bissau Barreto*.

Promulgado em 20 de Setembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 25 de Setembro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

Decreto-Lei n.º 339/90

de 30 de Outubro

O nosso ordenamento jurídico reconhece várias formas de agrupamentos de agricultores, como é o caso das sociedades de agricultura de grupo, que visam a entrelaçada dos agricultores, pondo em comum a terra, meios financeiros e factores de produção, e assegurando, conjuntamente, a gestão da empresa agrícola e as suas necessidades de trabalho.

Estimula-se agora pelo presente diploma o aumento da dimensão da exploração agrícola, na medida em que, nomeadamente, é evitado o fracionamento da propriedade por via de partilhas e se proporciona ainda um maior equilíbrio social, sectorial e regional, através da promoção e da afirmação e dignidade profissional dos trabalhadores agrícolas.

Assim:

Ouvindo os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. Ao Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro, é aditado o artigo 12.º-A, com a seguinte redacção:

Artigo 12.º-A

Empresas familiares agrícolas reconhecidas

1 — As empresas familiares agrícolas reconhecidas, adiante designadas abreviadamente por EFAR, são sociedades civis sob a forma de sociedade por quotas, constituídas com o mesmo objecto social e nos termos previstos para os agrupamentos de produção agrícolas (APAS), a cujo regime ficam submetidas, com as particularidades constantes dos números seguintes.

2 — Os sócios das EFAR são todos ligados por relações jurídicas familiares ou equiparadas, como tal se entendendo os parentes e afins em linha recta ou em 2.º grau da linha colateral, os adoptandos, adoptados, tutores e tutelados, padrastos e enteados que trabalhem efectiva e permanentemente na exploração agrícola.

3 — As EFAR podem ser formadas apenas pelos cônjuges.

4 — Para além dos sócios maiores de 18 anos e que exercem a sua actividade na exploração, na qualidade de agricultor a título principal dotado de capacidade profissional bastante, no mínimo de um, os demais sócios obrigam-se a participar também directa e efectivamente no trabalho em comum, pela forma como entre eles for decidido, e de harmonia com as deliberações da assembleia geral e com o plano anual de gerência.

5 — A obrigação a que se refere o número anterior pode ser dispensada por motivo de impedimento físico.

6 — Pelo menos 50% do volume total de trabalho requerido pela exploração da EFAR são obrigatoriamente assegurados pelos sócios, nele se incluindo o prestado por quaisquer outros membros do respectivo agregado familiar que não revistam aquela qualidade.

7 — Para efeitos do disposto no artigo 4.º a expressão a adoptar é «empresa familiar agrícola reconhecida».

8 — Existirá para as EFAR um cadastro análogo ao previsto no n.º 7 do artigo 10.º para as SAG.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Setembro de 1990. — *António António Cavaco Silva* — *Vasco Joaquim Rocha Vieira* — *Lino Dias Miguel* — *Álvaro José Brilhante Leborinho Lúcio* — *Arlindo Gomes de Carvalho* — *José Albino da Silva Penada*.

Promulgado em 12 de Outubro de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, *MÁRIO SOARES*.

Referendado em 17 de Outubro de 1990.

O Primeiro-Ministro, *António António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-Lei n.º 382/93

de 18 de Novembro

Os Regulamentos do Conselho n.ºs 1035/72, de 18 de Maio, e 1360/78, de 19 de Junho, o primeiro relativo à organização comum de mercado no sector das frutas e dos produtos hortícolas frescos e o segundo referente aos agrupamentos de produtores e suas uniões, têm o seu regime de aplicação a Portugal estabelecido, respectivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 362/87, de 26 de Novembro, e 145/89, de 5 de Maio.

Os referidos diplomas têm por objectivo, nomeadamente, incentivar a organização dos produtores em estruturas capazes e vocacionadas para intervir na regularização dos mercados, promovendo a concentração da oferta e a adaptação da produção dos seus membros às exigências dos mercados.

Nesses diplomas são privilegiadas as cooperativas e as sociedades comerciais, podendo, a título excepcional, ser reconhecidas outras organizações que não revistam aquelas formas.

A experiência entretanto adquirida com a aplicação dos citados diplomas aponta para a necessidade de diversificar o acesso às suas medidas a outras formas associativas, em ordem a permitir responder a situações em que a cooperativa agrícola e a sociedade comercial não se revelem as mais adequadas ou eficazes.

As sociedades de agricultura de grupo — integração parcial (SAGIP) e os agrupamentos complementares da exploração agrícola (ACEA), reguladas pelo Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro, enquadram-se e correspondem aos objectivos do diploma em causa, havendo todo o interesse em permitir o seu acesso às medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 362/87 e 145/89, tanto mais que, sendo grande a apetência dos agricultores por essas formas associativas, o seu número é cada vez maior.

No entanto, pelo facto de se exigir às SAG — IP e ACEA um número máximo de associados, elas têm sido excluídas do âmbito de aplicação dos Decretos-Leis n.ºs 362/87 e 145/89, uma vez que, nestes últimos, se exige a inclusão nos estatutos de disposições que garantam a qualquer interessado o direito de se associar.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 3.º

1...1

- 1 —
- 2 —
- a)
- b)
- c) Não é necessário observar-se o limite máximo de sócios nem o limite mínimo de participação no capital social previstos nas alíneas b) e e) do número anterior;
- d)
- e)

3 —

4 —

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Outubro de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Arlindo Marques da Cunha*.

Promulgado em 3 de Novembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 4 de Novembro de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

BIBLIOGRAFIA

1. *As Agriculturas de Grupo em Portugal*, Lisboa, Departamento de Cooperativas do Instituto de Reorganização Agrária, 1977.
2. CAMPOS, António, *Associações Agrícolas, Um Guia Prático*, Lisboa, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), 2.ª edição, 1999.
3. CARVALHO, Agostinho de, *Relações de Produção e Progresso Técnico no Quadro da Agricultura de Grupo*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
4. CARVALHO, Agostinho de, *Agricultura de Grupo. Dados Relativos a Explorações Agrícolas Portuguesas e Legislações Portuguesa e Francesa*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
5. *Documentação Sobre Agricultura de Grupo. Leis e Textos Franceses*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, Col. Documentos e Estudos, n.º 6, 1966.
6. «Evolution des GAEC», Paris, *Bulletin d'Information du Ministère de l'Agriculture*, n.º 775, 1977.
7. «Groupement Agricole d'Exploitation en Commun – Guide Pratique à l'Usage des Associés en GAEC», Paris, revista *Agriculture de Groupe*, supl. ao n.º 40, 1965.
8. *L'Agriculture de Groupe*, Paris, Publications de l'OCDE, 1971.
9. LOURENÇO, Joaquim da Silva, *Associativismo de Produção na Agricultura*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência – Centro de Estudos de Economia Agrária, 1981.
10. MARQUES, Raul, *A Agricultura de Grupo como Veículo de Renovação Rural (Uma Perspectiva)*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Prática de Planeamento Municipal, 1987.

11. PEREIRA, Santos, *Agricultura de Grupo. Acerca das Possibilidades de Estabulação de Grupo na Freguesia de Bárrio (Alcobaça)*, Lisboa, Relatório Final do Curso de Eng.º Agrónomo, Instituto Superior de Agronomia, 1969.
12. POÇO, Silva, *Formas de Exploração Agrícola em Comum*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, Col. Temas Económico-Sociais Agrários, n.º 65, 1971.
13. ROQUE, Ana Paula, *Sociedades de Agricultura de Grupo em Portugal*, Tese de Licenciatura em Economia, Universidade Autónoma de Lisboa, 1995.
14. ROUSSEL, M. e PEYRAT, R., *L'Action en Commun des Agriculteurs*, Paris, Collection d'Enseignement Agricole, J. B. Baillièrre et Fills Ed., 1966.
15. VIEIRA, Correia, *Situação e Perspectivas da Agricultura de Grupo em Portugal (Elementos Para Um Debate)*, Lisboa, Direcção-Geral de Extensão Rural, Direcção de Serviços de Associativismo Agrícola, 1979.
16. VIEIRA, Correia, *Perspectivas da Agricultura de Grupo em Portugal. Referência aos Casos Francês e Espanhol*, Lisboa, Direcção-Geral de Extensão Rural, Série Técnica n.º 6, 1981.
17. VIEIRA, Rui Correia, *Agricultura de Grupo, Uma Aposta no Futuro*, Lisboa, Direcção-Geral de Agricultura, Série Divulgação n.º 15, 1983.

COLECÇÃO ESTUDOS E ANÁLISES

Nº 1

Seminário Novas Políticas Europeias
e Desenvolvimento Rural em Portugal
1997

Nº 2

Desenvolvimento Rural: Novas Realidades
e Perspectivas
1997

Nº 3

Ajustamento, Diversificação
e Desenvolvimento Rural - *António Covas*
1997

Nº 4

Seminário O Desenvolvimento Rural no
Contexto da Agenda 2000
1998

Nº 5

Origens do Associativismo na Beira
Litoral: da Tradição à Modernidade
Maria Adosinda Henrique
1999

Nº 6

Outras Mediações Estado/Sociedade:
As Parcerias no Programa LEADER
Maria do Rosário Serafim
1999

Nº 7

Benefícios do Azeite na Saúde Humana
Maria Helena Saldanha
1999

Nº 8

As Amenidades Rurais: Um Contributo
para o desenvolvimento das Zonas
Desfavorecidas
António Covas
1999

Nº 9

A Cessação da Actividade Agrícola.
Estudo de Caso: Concelho de Ribeira de
Pena - *Antero Monteiro*
2000

Nº 10

A Medida da Cessação da Actividade
Agrícola em Portugal Continental, 1994-98
*Alberto Baptista, Patrícia António,
José Portela*
2000

Nº 11

A Agricultura de Grupo
Rui Correia Vieira
2000

FICHA TÉCNICA

Título

A Agricultura de Grupo

Autor

Rui Correia Vieira

Coordenação editorial

DGDRural / Divisão de Documentação e Tratamento da Informação (DDTI)

Design gráfico

RISCO - Projectistas e Consultores de Design, S.A.

Impressão

Edições Atena, Lda.

Edição

Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural (DGDRural)

Distribuição

DGDRural / Divisão de Documentação e Tratamento de Informação

Av. Defensores de Chaves, 6 - r/c - 1000 Lisboa

Tiragem

3000 exemplares

ISSN

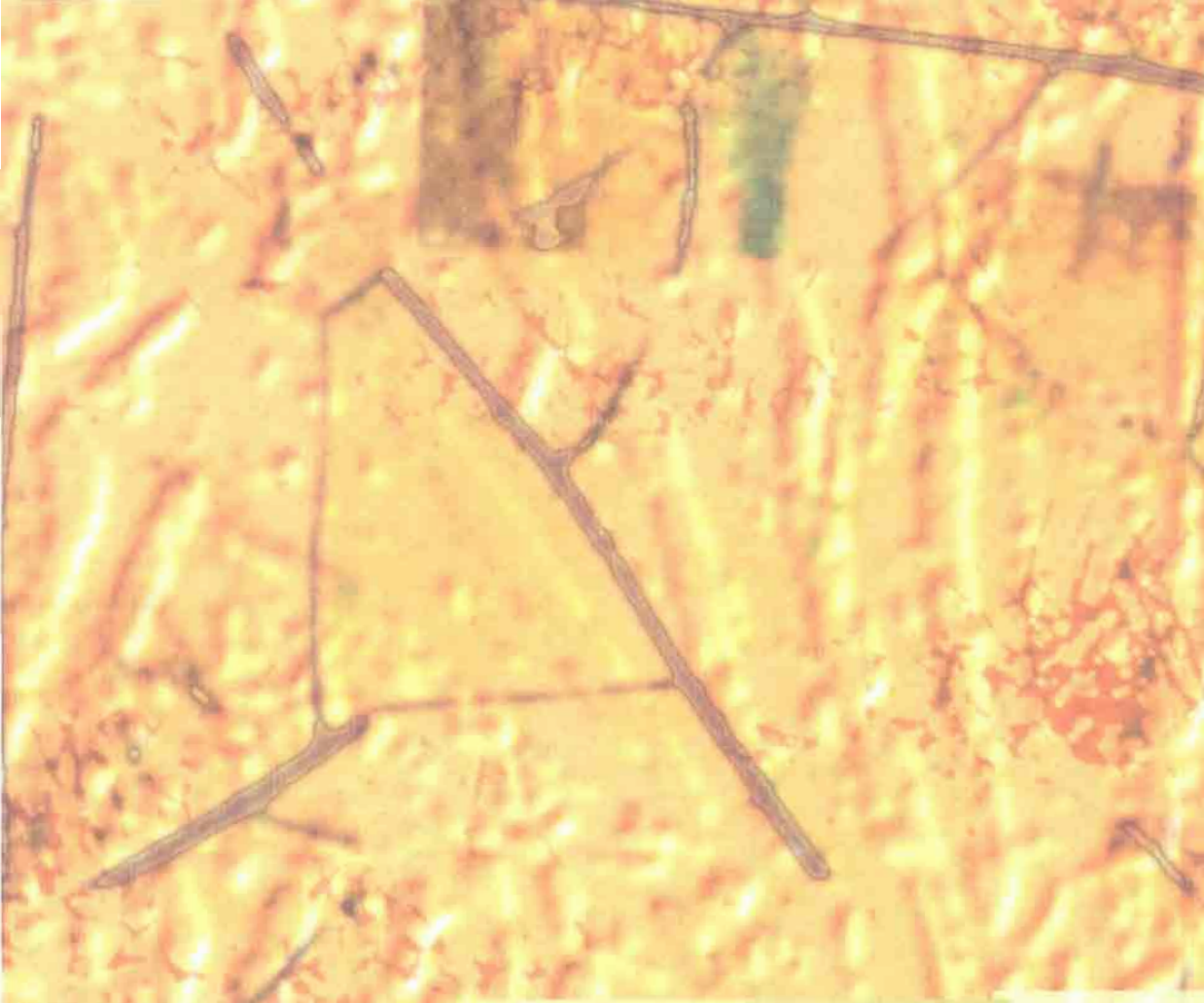
0873-9145

Depósito legal

16 88 83/01

ISBN

972-9175-97-7



Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural